



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
Mantenedora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
e Mantenedora do
Centro Universitário Assunção

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

2022



PUC-SP



UNIFAI

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação"), fundação de direito privado, filantrópica e de natureza comunitária, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP") e do Centro Universitário Assunção ("UNIFAI"), orientada, fundamentalmente, pelos princípios da Doutrina e da Moral Católica e comprometida com o Plano Pastoral da Arquidiocese de São Paulo, atendendo às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Fundação, elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)), referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Mensagem da Administração da Fundação São Paulo

A Fundação São Paulo, ciente da sua responsabilidade para com a Igreja e a Sociedade Brasileira, vem atuando na manutenção da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com zelo e rigor. A partir do ano de 2019 passou a atuar também na manutenção do Centro Universitário Assunção, com o mesmo zelo e rigor aplicados à PUC-SP.

Ao mesmo tempo em que empreende ações administrativo-financeiras, cuida da excelência acadêmica de suas mantidas, em trabalho conjunto com a Reitoria, por ela nomeada, garantindo o tríplice do ensino, da pesquisa e da extensão, característico da vida universitária. Esforça-se para que a PUC-SP e a UNIFAI estejam em constantes diálogos com a Sociedade, sobretudo neste tempo em que desafios múltiplos nos fazem ter que empreender criatividade e proatividade. O reconhecimento público, o respeito e a seriedade dos trabalhos acadêmicos desenvolvidos pela PUC-SP e UNIFAI devem ser mantidos e aperfeiçoados, sempre mais.

Pandemia mundial (Covid-19)

A Fundação São Paulo segue cumprindo sua missão social e humanitária em profundo respeito à vida, ainda mais importante no atual cenário de enfrentamento à COVID-19.

Nesse sentido, pensando no retorno às atividades presenciais de forma responsável, a FUNDASP contratou a Consultoria Sírio-Libanês para orientação da Instituição e de suas Mantidas quanto aos protocolos de segurança.

Assim, a Fundação São Paulo apresenta neste link <https://www.fundasp.org.br/enfrentamento/enfrentamento-a-covid-19.html> as diretrizes da Consultoria Sírio-Libanês para o enfrentamento à COVID-19 no que diz respeito às atividades administrativas e acadêmicas presenciais. Havendo novas diretrizes da Consultoria Sírio-Libanês, este documento será atualizado.

A Fundação São Paulo segue, assim, cumprindo a sua (a nossa!) Missão, que nesse momento se mostra mais do que institucional, mas também humanitária!

Investimento em infraestrutura

No ano de 2022, a FUNDASP efetuou significativos e relevantes investimentos relacionados a melhorias de infraestrutura, dentre os quais se destacam:

a) Sede FUNDASP:

- Projeto e construção da Capela Sant'Anna Mestra; - Readequação de layout na área administrativa da Consultoria Jurídica para 3 novos postos de trabalho; - Suporte na substituição dos dispensers da empresa Melhoramentos para SANTHER; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Obra Metrô: acompanhamento das vistorias de monitoramento da consultoria contratada e equipe da Acciona; - Obra Metrô: verificação técnica e acompanhamento da instalação dos equipamentos de monitoramento no 6º andar Sede FUNDASP; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

b) Campus Monte Alegre da PUC-SP:

- Reforma da Praça de Alimentação para retorno das atividades presenciais; - Reforma da Recepção/Área de exposições da Biblioteca; - ERBM: Pintura dos corredores externos 1º, 2º e 3º andares; - ERBM: Troca das portas das salas de aula do 2º e 3º andares; - ERBM: Troca de pisos danificados das salas de artes do corpo no 5º andar; - ERBM: Troca da mesa de reunião da FEA (2º andar); - ERBM: pintura da área administrativa da Faculdade de Direito (3º andar); - Laboratório de Psicologia Experimental: reparos emergenciais e remanejamento de salas do biotério; - Laboratório de Rádio e TV: troca do piso (Paviflex) nos corredores de circulação; - Biblioteca: retirada de mobiliário antigo e ajuste no piso (tipo paviflex) na área de leitura; - Praça de Alimentação: reparo emergencial provisório da caixa de gordura; - Ed. Cardeal Motta: infraestrutura para nova ocupação das salas T-35 (sala de reuniões) e T-53 (área administrativa Reitoria); - Ed. Cardeal Motta: coordenação e acompanhamento do processo junto ao CONPRESP de recuperação; - Suporte na substituição dos dispensers da empresa Melhoramentos para SANTHER; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Obra Metrô: acompanhamento das vistorias de monitoramento no campus Monte Alegre; - Escritório Modelo e Juizado Especial Cível - JEC: acompanhamento das vistorias de monitoramento da consultoria contratada e equipe da Acciona; - ERBM - Livraria Loyola 3º andar: vistoria de entrega do espaço; - ERBM - Lanchonete 5º andar: vistoria de entrega do espaço; - TUCA: acompanhamento da manutenção nas Plataformas elevatórias PNE; - TUCA: acompanhamento da manutenção Elevador; - Campus Monte Alegre e TUCA: vistoria e emissão de Laudos de elétrica e SPDA para Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB; - Acompanhamento de empresa terceira para realizar a manutenção anual nas Subestações de Energia Elétrica (SEE); - Acompanhamento de empresa terceira para realizar as manutenções mensais nos grupos geradores; - Limpeza nos dutos de ar condicionado dos sistemas de climatização da Biblioteca, Laboratório de Rádio e TV, Laboratório de Psicologia Experimental, TUCA e LAEL; - ERBM: reforma e reabilitação do Elevador de acesso ao 5º andar; - ERBM: reforma do sistema de detecção de incêndio da Biblioteca Nadir Gouvêa Kfourir; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

c) Campus Marquês de Paranaguá:

- Prédios 02 e 03 - Manutenções gerais das persianas: troca de comandos e lonas; - Cantina - Pintura; - Pátio externo - Reforma geral - instalação de azulejo nas muretas, restauro das pedras nos passeios, instalação de nova iluminação nos jardins, troca dos bancos de concreto e madeira; - Ambulatório: Execução de rampa para cadeirantes para acesso ao ambulatório; - Estacionamento Marquês de Paranaguá: Pintura geral nos muros, demarcação de vagas e portão; - Estacionamento Caio Prado: pintura geral de paredes e corrimãos; - Prédio 03 - Pintura interna: corredores, paredes e teto da escada de emergência e de 09 salas de aula; - Caio Prado: reparo na rede de saída de esgoto; - Casa Paroquial: Pintura das salas internas da DTI e Laboratórios de informática; - Portaria - Pintura interna; - Casa das Irmãs - Jardim externo: reforma geral com execução de novo paisagismo; - Calçada da Rua Caio Prado: reforma dos canteiros e pinturas dos muros externos; - Prédio 01: iniciada a pintura da fachada (em andamento); - Prédio 01: pintura das salas dos professores e corredor interno do térreo; - Prédio 02: pintura da sala de estudos da biblioteca; - Prédio 02: pintura das salas de aula (em andamento); - Prédio 02 e Casa Paroquia - Laboratórios de informática: troca de carteiras; - Remoção e poda de árvores do Parque Augusta que ofereciam riscos ao campus; - Suporte na substituição dos dispensers da empresa Melhoramentos para SANTHER; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; - Instalação de refletores nas fachadas das ruas Caio Prado e Marquês de Paranaguá - Campus Consolação; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

d) COGEAE:

- Reforma de espaço para implantação da nova Copa no 1º andar; - Acompanhamento da impermeabilização da laje de cobertura realizada pela GTA; - Suporte na substituição dos dispensers da empresa Melhoramentos para SANTHER; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

e) Núcleo de Cobranças e Vestibular:

- Reforma de ampliação do Núcleo de Conciliação e Cobranças; - Reforma das instalações elétricas no Núcleo de Cobranças; - Substituição do sistema de climatização do Núcleo de Cobranças; - Suporte na substituição dos dispensers da empresa Melhoramentos para SANTHER; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

f) Campus Ipiranga:

- Bloco 02: pintura das salas de aula (salas: 2.0, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4); - Bloco 05: pintura da sala de aula 5.4; - Claustro externo - Pintura de teto e paredes (corredor central finalizado e em andamento as demais áreas de circulação); - Substituição das persianas das salas de aula por modelo do tipo rolô, blackout, motorizadas (blocos 2, 4 e 5 - 5 salas de aula); - Reforma da quadra poliesportiva: reforma do piso, nova pintura, instalação de novos refletores de iluminação, instalação de novas tabelas de basquete e travess; - Suporte de infraestrutura e acompanhamento na instalação de câmeras de segurança no corredor bloco 01 e áreas externas; - Pintura de mureta externa do campus; - Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; - Contratação e acompanhamento de empresa terceira para realizar a manutenção anual nas Subestações de Energia Elétrica (SEE) - Geral; - Suporte na substituição dos dispensers da empresa Melhoramentos para SANTHER; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Reforma do disjuntor de média tensão da Subestação de Energia Elétrica - substituição do motor da mola de carregamento - Campus Ipiranga; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

g) Campus Vila Mariana:

- Bloco 5: troca de calhas e rufos das coberturas externas; - Bloco 1: reassentamento de piso da sala de aula 408; - Bloco 1: melhoria na infraestrutura para cabeamento de rede nas salas de aula final 1; - Bloco 2: Melhoria na infraestrutura para cabeamento de todas as salas do bloco 2 (COGEAE); - Manutenção dos canteiros, jardins, muro verde e vasos; - Bloco 1: confecção de 2 cavaletes hidráulicos em 2 andares do (melhoria para isolamento das instalações hidráulicas dos andares); - Limpeza anual das caixas d'água; - Bloco 1: manutenção da iluminação dos banheiros, com repintura das luminárias, atualização para sistema para lâmpadas em LED e padronização dos soquetes; - Iluminação externa: manutenção da iluminação dos pátios e circulações externas, com atualização para sistema de lâmpadas em LED; - Reforma na tubulação de gás dos trechos aéreos da Cantina maior; - Reforma na tubulação de gás da copa que atende aos funcionários; - Bloco 1: reforma dos sofás da Recepção da reitoria no 6º andar; - Capela: pintura, instalação de novas luminárias, substituição das persianas e readequação das áreas da Sacristia; - Bloco 5: instalação de nova escada de acesso para casa de máquinas do elevador; - Instalação de corrimãos na rampa de acesso à área de apoio dos funcionários: copa, manutenção, vestiários, docas de carga e descarga de material; - Reforma do totem de identificação do campus; - Reforma da tubulação de esgoto da cantina maior; - Instalação de fechaduras para controle de acesso das salas de aula dos blocos 1 e 2; - Troca dos elementos filtrantes e da bomba do poço artesiano; - Suporte na substituição dos dispensers da empresa Melhoramentos para SANTHER; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

nas áreas ajardinadas; - Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

h) FCMS - Campus Sorocaba:

- Troca do piso e manutenção na sala da professora Eliana Duek do laboratório de Biomateriais; - Manutenção na sala 311 do Laboratório de Parasitologia no 3º andar; - Manutenção no Laboratório de Informática; - Manutenção da sala 120 - sala de reuniões; - Pintura da escadaria central; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores; - Suporte na substituição dos dispensers da empresa Melhoramentos para SANTHER; - Sistema de CFTV: suporte técnico para o projeto de implantação de novos pontos de câmeras de segurança; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

i) Hospital Santa Lucinda:

- Centro de Parto Humanizado Santa Dulce dos Pobres: gerenciamento, fiscalização e execução da obra para a implantação do Centro de Parto Humanizado Santa Dulce dos Pobres; - Sala dos Médicos: reforma de sala para implantação da Sala dos Médicos; - Laboratório de Análises Clínicas (CDC): adequação da exaustão na área utilizada pelo laboratório; - Ambulatório SUS: climatização da Sala de Raio X; - Central de Materiais: climatização da Sala de Preparo; - UTI Neonatal: climatização da Copa; - Centro Cirúrgico 2º e 3º andar: revitalização geral com pintura, revisão das instalações elétrica, hidráulica e de acabamento; - Raio X: desenvolvimento de projeto e protocolo junto à VISA para obtenção do Laudo Técnico de Avaliação - LTA; - Litotripsia: desenvolvimento de projeto e protocolo junto à VISA para obtenção do Laudo Técnico de Avaliação - LTA; - Laboratório de Análises Clínicas (CDC): desenvolvimento de projeto e protocolo junto à VISA para obtenção do Laudo Técnico de Avaliação - LTA; - Instalações de Combate à Incêndios: desenvolvimento de novo projeto e protocolo junto ao Corpo de Bombeiros; - Agência transfusional: reforma do teto; - Sala cirúrgica n.03 - Centro Cirúrgico: troca do piso da sala; - Climatização da UTI: desenvolvimento de projeto técnico para futura reforma do sistema de climatização; - Suporte na substituição dos dispensers da empresa Melhoramentos para SANTHER; - Coordenação para desenvolvimento de nova comunicação visual para a fachada, totem e antiga área de laboratório de diagnósticos; - Sistema de CFTV: suporte técnico para o projeto de implantação de novos pontos de câmeras de segurança; - Manutenção preventiva na cabine primária; - Manutenção preventiva no Grupo Gerador; - Acompanhamento no abastecimento do pátio de gases (tanque de oxigênio líquido); - Acompanhamento no abastecimento no Módulo de Ar Comprimido; - Acompanhamento no abastecimento dos Cilindros de Gases Medicinais; - Acompanhamento na manutenção e reparos necessários nos elevadores e monta carga; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Limpeza e emissão de laudo de potabilidade das caixas d'água semestralmente; - Projeto de distribuição elétrica das salas de parto do HSL - Sorocaba; - Projeto de climatização da UTI do HSL - Sorocaba; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

j) DERDIC:

- Reforma com desobstrução de linha de esgoto principal; - Repintura dos muros de divisa lado interno e externo; - Manutenção com substituição dos vidros do IESP; - Repintura de identificação da tubulação de hidrantes da unidade; - Manutenção de podas baixas e de meia altura nas áreas arborizadas; - Limpeza anual das caixas d'água; - Adequação na infraestrutura hidráulica para reparo de duas caixas d'água danificadas pelo tempo de uso; - Reforma dos banheiros do IESP para adequação de acessibilidade; - Manutenção em portas das cabines acústicas da clínica; - Manutenção em arquivos deslizantes do prontuário; - Climatização: manutenção geral nos sistemas e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção geral civil, elétrica, hidráulica e atendimento aos Chamados de Manutenção; - Manutenção nas áreas ajardinadas; - Estudo de projeto para revitalização da fachada voltada para a avenida Ascendino Reis; - Vistoria e emissão de laudo das instalações elétricas e SPDA - Anexo A do Corpo de Bombeiros; - Reforma das instalações elétricas da sala de apoio ao ginásio poliesportivo; - Climatização: emissão de Relatório de Qualidade do ar conforme resolução nº 09/2003 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

OBJETO SOCIAL E MISSÃO:

A busca da Sabedoria, lema de suas mantidas, deve ser o fim último do saber humano e essa busca passa, necessariamente, pelo reconhecimento da dignidade do ser humano, desde o primeiro momento da sua concepção até o seu fim natural e pela presença de Deus. Que a PUC-SP e a UNIFAI, sempre mais sadias nas estruturas e nas atividades acadêmicas, possam colaborar com a sociedade humana nesta trajetória em busca da Sabedoria.

A Fundação São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, instituída em 1945, tendo sido seu instituidor o Cardeal Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, então Arcebispo Metropolitano de São Paulo, é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida como de utilidade pública e filantrópica, tendo caráter educacional, assistencial, cultural e comunitário, dedicando-se à pesquisa científica.

Em 13 de agosto de 1946, constituiu a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), instalada no dia 22 do mesmo mês e ano, da qual é mantenedora, instituição de ensino superior, pesquisa e cultura, atuando nos segmentos de assistência social e filantropia, tendo como objetivos a educação, o amparo, a inserção e a transformação social através de programas e atividades específicas que se coadunam com valores voltados à justiça e à dignidade humana, conforme disposto no artigo 7º de seu Estatuto Social.

Em 02 de janeiro de 2019, o IESP - Instituto Educacional Seminário Paulopolitano, transferiu para Fundação São Paulo a manutenção do Centro Universitário Assunção - UNIFAI. O Centro Universitário Assunção está comprometido com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão. O ensino no UNIFAI, em comunhão com a pesquisa e os serviços prestados à comunidade, tem como meta o aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação *lato sensu* e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo. Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

A Fundação São Paulo cumpre sua missão aplicando integralmente os recursos arrecadados em suas finalidades, não remunerando dirigentes e prestando relevantes serviços à sociedade em suas áreas de atuação.

GOVERNANÇA, ESTRUTURA, DESEMPENHO E ATUAÇÃO:

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA:

Objetivando as melhores práticas de governança corporativa a Fundação São Paulo vem implementando ações de monitoramento e incentivos, que envolvem as relações entre a Fundação e seus pares. Dentro dessa perspectiva foram concebidas:

• Código de Ética e Conduta:

Em 2017, a FUNDASP publicou o Código de Ética e Conduta da Fundação São Paulo, estabelecendo princípios e normas dirigidos a todos os empregados, terceiros, fornecedores, prestadores de serviços e agentes intermediários, bem como a todos aqueles que mantenham vínculo acadêmico com a Fundação São Paulo através de sua mantida. Esse Código previa a criação de um setor independente, responsável em acompanhar e zelar pela probidade, transparência e combate à fraude. Em 2018, foi criado o setor de integridade. Em setembro de 2019 foi publicado o programa de integridade da Fundação, <https://www5.pucsp.br/fundasp/publicacoes/arquivos/2019/programa-integridade-fundasp.pdf>

• Lei de Proteção de dados:

A Lei Federal nº 13.709/2018, sancionada em 2018, tem como objetivo, proteger os dados pessoais para garantir a liberdade, segurança e justiça de cada indivíduo.

A Alta Administração da Fundação São Paulo, com o compromisso de garantir a proteção dos dados pessoais de seus colaboradores, alunos, pacientes e parceiros, está investindo em tecnologia e em pessoas, para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade de todos. Foi constituída uma Comissão para tratar das adequações necessárias e seus reflexos. Além disso, em atenção à determinação legal, a Instituição designou um encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais. A referida Comissão é formada pelo Encarregado (DPO) e por gestores de áreas estratégicas da Instituição (Integridade, Divisão de Recursos, Humanos e Divisão de Tecnologia da Informação). A Fundação com o intuito de disseminar a informação para seu público, disponibilizou em seu site cartilha sobre a Lei Geral de Proteção de Dados: <https://www5.pucsp.br/fundasp/protacao-de-dados/CARTILHA-LGPD-WEB-r4-22092020.pdf>

• Política anticorrupção:

A Fundação São Paulo está comprometida em conduzir as atividades em estricto cumprimento da legislação aplicável, incluindo legislações anticorrupção, em especial a Lei nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira ("Lei Anticorrupção") e o Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei Anticorrupção, assim como demais normas que regem o relacionamento com a Administração Pública. A Fundação São Paulo, em todas as suas áreas de atuação, não tolera práticas de fraude, corrupção ou atos lesivos de qualquer natureza. Nesse sentido, vem tratando a temática relacionada ao Programa de Integridade com seriedade e comprometimento, promovendo e fiscalizando o cumprimento das normas no desenvolvimento das atividades, com foco em condutas éticas e morais, bem como nos princípios de integridade, honestidade e responsabilidade.

Esta Política tem por objetivo estabelecer diretrizes, premissas e compromissos para orientação do relacionamento da Fundação São Paulo e suas mantidas ou unidades suplementares, com representantes, em qualquer esfera, de entes públicos e/ou entes privados, nacionais e/ou estrangeiros, sendo dirigida a todos os técnicos administrativos, docentes, profissionais da área de saúde, terceirizados, consultores, temporários, fornecedores, prestadores de serviço e agentes intermediários, doravante denominados em conjunto de "Colaboradores", incluída a Alta Administração, bem como todos aqueles que mantenham vínculo com a Fundação São Paulo.

"... a Fundação São Paulo compromete-se a exigir a inclusão de cláusula anticorrupção e lavagem de dinheiro em todas as suas contratações...". Em 2019 publicou em seu site a política anticorrupção da Fundação São Paulo: <https://www5.pucsp.br/fundasp/publicacoes/arquivos/2019/politica-anticorrupcao-fundasp.pdf>

• Política de apuração de conformidade:

O procedimento de Apuração de Conformidade tem como objetivo viabilizar o exame da conformidade de atividades e condutas correspondentes, promover a averiguação de relatos, possibilitar a análise de possíveis violações às normas internas e legislação aplicável, assim como avaliar os riscos aos quais a Fundação São Paulo está exposta, para que seja possível mitigá-los.

As apurações irão contribuir com as atividades de monitoramento, remediação, prevenção e para coibir as condutas que não estejam em conformidade com normas e procedimentos, que possam levar a sanções legais e/ou regulamentares, ou, ainda, a perdas financeiras e danos reputacionais e/ou de imagem, resultando em risco de comprometimento da integridade da Fundação São Paulo. O Procedimento de Apuração de Conformidade Fundação São Paulo está publicada em seu site: https://www5.pucsp.br/fundasp/downloads/POLITICA-INSTITUCIONAL_08112019_121248.pdf



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. MANTIDAS:

A Fundação São Paulo vem atuando diretamente com as suas mantidas: PUC-SP e UNIFAI, no sentido de adequar a estrutura das Instituições para manutenção e ampliação de seus objetivos, mantendo o equilíbrio e sustentabilidade acadêmica, administrativa e financeira.

Em 2022, considerando os meses com maior quantidade de alunos matriculados, após a inscrição dos alunos inclusive PROUNI, as instituições contavam com 16.399 alunos PUC-SP e 987 alunos do UNIFAI, totalizando 17.386 alunos, conforme descrito abaixo:

| | PUC-SP | UNIFAI | CONSOLIDADO |
|---|---------------|------------|---------------|
| Alunos de graduação | 10.540 | 690 | 11.230 |
| Alunos de pós-graduação (<i>stricto sensu</i>) | 2.794 | - | 2.794 |
| Alunos de especialização (<i>lato sensu</i>) | 1.442 | 194 | 1.636 |
| Alunos de extensão, aperfeiçoamento e aprimoramento | 1.623 | 103 | 1.726 |
| Total | 16.399 | 987 | 17.386 |

A estrutura conta ainda com os seguintes quadros de colaboradores ativos:

| | PUC-SP (12-2022) | UNIFAI (12-2022) | CONSOLIDADO |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|--------------|
| Docentes | 1.127 | 61 | 1.188 |
| Administrativos | 828 | 36 | 864 |
| Técnicos (Hospital Santa Lucinda) | 495 | - | 495 |
| DERDIC - Administrativos | 65 | - | 65 |
| DERDIC - Docentes | 39 | - | 39 |
| Total | 2.554 | 97 | 2.651 |

• PUC-SP: seu corpo docente conta com 95,1% de mestres(as) e doutores(as);

• UNIFAI: seu corpo docente conta com 96,7% de mestres(as) e doutores(as).

Em dezembro de 2022, o quadro total de docentes por titulação/escolaridade (ativos excluindo a DERDIC) apresentou a seguinte composição:

| | PUC-SP (12-2022) | UNIFAI (12-2022) | CONSOLIDADO |
|----------------|---------------------|---------------------|--------------|
| Livre-docentes | 75 | - | 75 |
| Doutores(as) | 803 | 32 | 835 |
| Mestres(as) | 194 | 27 | 221 |
| Especialistas | 49 | 2 | 51 |
| Graduados(as) | 6 | - | 6 |
| Total | 1.127 | 61 | 1.188 |

As Instituições contavam em 31 dezembro de 2022 com 1.424 colaboradores administrativos e técnicos hospitalares, com a seguinte formação acadêmica:

| | PUC-SP | | | | UNIFAI | CONSOLIDADO |
|------------------------|------------|-----------------|----------------|--------------|-----------|--------------|
| | ADM. | HSL TÉCNICOS | DERDIC ADM. | TOTAL | | |
| | | | | | | |
| Fundamental Incompleto | 22 | 4 | 3 | 29 | 4 | 33 |
| Fundamental Completo | 22 | 8 | 2 | 32 | 1 | 33 |
| Ensino Médio | 247 | 359 | 12 | 618 | 13 | 631 |
| Ensino Superior | 372 | 65 | 25 | 462 | 14 | 476 |
| Especialização | 121 | 56 | 12 | 189 | 4 | 193 |
| Mestrado | 37 | 3 | 10 | 50 | - | 50 |
| Doutorado | 7 | - | 1 | 8 | - | 8 |
| Total | 828 | 495 | 65 | 1.388 | 36 | 1.424 |

2.1. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

No decorrer dos últimos anos, a Fundação São Paulo, através de seu Conselho Superior, consolidou o seu estatuto, bem como aprovou a reformulação do estatuto da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O novo estatuto da PUC-SP foi aprovado pelo Conselho Superior da FUNDASP em 08 de março de 2019 e pela Congregação Para Educação Católica - Vaticano, em 29 de março de 2019 e a publicação ocorreu em 24 de abril de 2019.

A PUC-SP, em sua estrutura, conta atualmente com seis *campi*, unidades suplementares - Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação (DERDIC) e o Hospital Santa Lucinda (HSL), localizado no município de Sorocaba/SP, bem como com a Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão (COGEAE), entre outras coordenadorias.

São cinco *campi* na capital: Monte Alegre - Marquês de Paranaguá - Santana - Ipiranga - Vila Mariana; e um no interior, em Sorocaba/SP.

A pós-graduação *stricto sensu* da PUC-SP conta com 30 Programas de Estudos, vinculados às respectivas Faculdades, de acordo com a área epistemológica do conhecimento. Tem por finalidade a formação de pessoal qualificado para a educação superior e/ou para a atuação no mercado de trabalho, compreendendo quatro possíveis níveis de formação: mestrado acadêmico, mestrado profissional, doutorado e pós-doutorado. A política da pós-graduação é discutida no âmbito da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa, da Comissão de Ensino e Pesquisa e do Conselho Universitário. A Instituição atua também na pós-graduação *lato sensu*, com diversos cursos de especialização, significativamente na área do Direito.

A Instituição, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação a novos mestres e doutores. Em 2022, foram defendidas 497 dissertações de

mestrado acadêmico, 77 de mestrado profissional e 326 teses de doutorado. Foram também apresentadas 565 monografias de especialização. Em dezembro de 2022 a PUC-SP atingiu o número de 34.223 dissertações e teses defendidas desde a criação de seus programas em 1969.

Todas as condições somadas - missão, histórico, negociações e ações encaminhadas - permitiram que a PUC-SP obtivesse destaque nos rankings universitários em 2022 de que participou. No Guia da Faculdade 2022, publicação realizada em parceria do jornal O Estado de S. Paulo com a Quero Educação, 29 dos seus cursos de graduação receberam estrelas. A nota máxima - cinco estrelas - foi obtida por cinco dos seus cursos: Direito, Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e Filosofia. Os demais receberam quatro estrelas. No âmbito internacional, o Ranking das Universidades 2021-2022, elaborado pela consultoria britânica Quacquarelli Symonds (QS), colocou a PUC-SP entre as 10 melhores instituições brasileiras, considerando públicas e privadas. Ao todo, a consultoria analisou 1.300 universidades do mundo todo.

Expandindo a institucionalização de suas atividades internacionais, a PUC-SP desenvolve programas de cooperação voltados à formação e à pesquisa em diversas áreas de conhecimento, em diferentes níveis acadêmicos e por meio de múltiplas modalidades de intercâmbio. Mantém convênios em todas as regiões do mundo (são 146 instituições de 38 países), conta com parcerias para dupla diplomação de graduação e pós-graduação, promove intercâmbio de estudantes e mantém programas para a realização de pesquisa com parceiros internacionais.

Em 2022, foram inauguradas as atividades do Consórcio de Universidades Católicas (CCU), liderado pela Universidade de Notre Dame, que congrega nove instituições de ensino superior ao redor do mundo, entre as quais a PUC-SP. A primeira conferência do CCU foi realizada em junho no Global Gateway da Universidade de Notre Dame, em Roma, e contou com a presença de cinco docentes da PUC-SP. No âmbito da pesquisa, especificamente no PIPEq, destaca-se a modalidade de edital Estágio de Pesquisa no Exterior (EPEXT) que, em 2022, selecionou quatro docentes da PUC-SP para desenvolvimento de investigações com pesquisadores da Universidade de Notre Dame.

Ademais, na PUC-SP, foi fortalecida uma agenda institucional em torno do tema da sustentabilidade, que tem norteado muitos dos diálogos e projetos entre os diferentes setores da reitoria.

A Universidade hoje é composta pelas seguintes Faculdades: de Ciências Exatas e Tecnologia (FCET); de Ciências Humanas e da Saúde (FACHS); de Ciências Médicas e da Saúde (FCMS); de Ciências Sociais (FCS); de Direito (FD); de Economia, Administração, Contábeis e Atuariais (FEA); de Educação (FE); de Estudos Interdisciplinares (FACEI); de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes (FAFICLA); e de Teologia (FT).

Por meio de seus diversos cursos e programas de pós-graduação, bem como núcleos e atividades alocados nessas suas dez faculdades, a PUC-SP propicia aos que a procuram a capacidade de atender às mais diversas vocações pautadas pela formação qualificada, humanista e relevantemente social.

2.2. Hospital Santa Lucinda

O Hospital Santa Lucinda (HSL) caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região. Na região onde está instalado, 48 municípios utilizam o HSL, totalizando mais de 2,7 milhões de habitantes, e desses atendimentos mais de 60% (sessenta por cento) é direcionado ao Sistema Único de Saúde (SUS) através do Convênio Universitário. Entre os serviços de maior destaque, o HSL possui serviço especializado nas áreas: materno-infantil, pediatria, cirurgia cardíaca e hemodinâmica, cirurgia do aparelho digestivo, urologia, ginecologia e otorrinolaringologia, esta última conta com um ambulatório completo que atende às demandas pré-cirúrgicas, além de realizar diagnósticos fonoaudiológicos. Vale lembrar também das áreas de clínica médica (UTI Adulto e Neonatal), plástica e ortopedia.

Como hospital de ensino, o processo de certificação teve seu início no ano 2004, sob a coordenação do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC). Esse processo tem o objetivo de certificar hospitais que desenvolvem, além das tradicionais atividades de atenção à saúde, formação de recursos humanos na área da saúde, além de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para o SUS.

O programa de certificação é regulado pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 2.400 de 2 de outubro de 2007. Essa Portaria estabelece os requisitos mínimos que um hospital deve preencher para ser considerado hospital de ensino, a partir de quatro dimensões:

- Atenção à saúde/assistência
- Ensino
- Pesquisa, especialmente nas áreas de ciência e tecnologia
- Gestão.

Em 2022, 69% dos pacientes internados no HSL corresponderam aos pacientes SUS e 31% pacientes não SUS. Esses pacientes geraram as seguintes demandas:

HSL em números:

| | 12-2022 | 12-2021 |
|---|---------|---------|
| Número de consultas ambulatoriais | 48.434 | 45.982 |
| Número de internações | 11.565 | 10.593 |
| Número de cirurgias | 4.934 | 5.445 |
| Número de partos | 3.267 | 3.329 |
| Número de exames laboratoriais | 128.028 | 62.862 |
| Número de exames complementares e de imagem | 18.403 | 15.917 |

Desses atendimentos, mais de 79,60% foram realizados através do SUS, privilegiando a população carente da região.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Hospital possui 120 leitos operacionais (incluindo as UTIs), e neste exercício obteve 79,70% de taxa de ocupação geral, sendo a taxa de ocupação SUS de 93,80% (ocupação de leitos exclusivos SUS).

O Hospital atua sob gestão municipal desde 2003 e está contratualizado com o município desde dezembro de 2013. No ano de 2019 realizamos a primeira discussão do reequilíbrio econômico financeiro do convênio (contratualização), quando demonstramos ao gestor municipal o déficit causado pelo SUS, especialmente pela área materno-infantil. Em abril/2019 ajustamos o convênio, ocasião em que o gestor atendeu parcialmente ao nosso pedido, com o compromisso de que nos próximos anos o valor novamente seria revisto.

O Convênio Universitário foi renovado com o SUS em julho de 2022, ocasião em que conseguimos novamente demonstrar a necessidade do ajuste financeiro, tendo em vista a inflação dos últimos anos e a falta de reajustes da tabela SUS. Neste convênio universitário o objetivo é a "Prestação de serviços nas áreas de Clínica cirúrgica, Clínica médica, Pediatria, Internações Obstétricas, Cardiologia, UTI adulto e UTI Neonatal, conforme descrito no Plano Operativo Assistencial."

Nosso principal objetivo para 2022 foi apresentar o custo da produção que conseguimos realizar, considerando todas as dificuldades geradas pela burocracia do município, defasagem tecnológica do hospital e dificuldades específicas de cada especialidade. Nossos valores de receitas estavam praticamente congelados desde 2014. A partir da contratualização realizada através do Convênio Universitário (PA 1501/2022) avançamos com o gestor municipal e conseguimos um reequilíbrio financeiro do convênio, da ordem de R\$428 mil/mês. Mas ainda não foi o suficiente para equilibrar o déficit provocado pelo Convênio Universitário. A partir do momento que tivermos a informação clara e rastreável, do efetivo custo do atendimento SUS no HSL, poderemos realizar uma negociação ainda mais efetiva com o gestor.

O Hospital Santa Lucinda trabalha junto a Secretaria Municipal de Saúde para que espaços hospitalares, hoje não destinados ao convênio universitário, possam ser objeto de novos convênios assistenciais com o município.

O Hospital conta com o apoio da Câmara de Vereadores que destinou mais de 3 milhões de reais o hospital que serão utilizados exclusivamente para realização de cirurgias eletivas (nas especialidades de ginecologia, urologia, cirurgia geral e otorrinolaringologia) visando diminuir a fila de cirurgias eletivas do município.

Outro grande objetivo era concluir a construção do Centro de Parto Humanizado Santa Dulce, que teve o início das obras em dezembro de 2021 e sua entrega teve que ser prorrogada para o 1º trimestre de 2023.

Quanto às receitas "Não SUS", 80% estão representadas por 07 fontes pagadoras (06 convênios e o Pacote/Particular), essa última representa 28% das receitas Não SUS. Quanto às especialidades, 51% dessas receitas são da área materno-infantil, 14% ortopedia e 11% cirurgia plástica.

Em 2022, o HSL também se manteve no Programa da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Essa manutenção permitiu a melhoria na condição geral do hospital, além de fortalecer as relações loco-regionais.

Esperamos manter e até ampliar o campo de estágio da faculdade no Hospital Santa Lucinda tendo no nosso foco o controle dos custos hospitalares e na redução do déficit do hospital. Ao longo do ano, o HSL passou pelas avaliações, entre elas a da Comissão de Avaliação da Contratualização (gestor municipal) e da Comissão de Monitoramento Regional do Programa Santa Casas Sustentáveis (Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo), auditorias internas e externas, as quais só fortaleceram e reafirmaram o compromisso do hospital em garantir à população uma assistência humanizada e de qualidade.

Desde 2010, o HSL atua na captação de recursos por meio da Nota Fiscal Paulista. Esses recursos são utilizados para a aquisição de equipamentos e nas melhorias na estrutura física do hospital, sempre proporcionando aos pacientes e colaboradores uma melhor condição durante sua permanência no hospital. Ao longo de 2012 o Grupo de Captação de Recursos se dedicou a apresentar aos entes públicos o trabalho realizado pelo HSL e as propostas de melhorias (custeio e investimento) com base nas necessidades apresentadas pelas especialidades, aumentando expressivamente a captação de recursos desse período.

SATISFAÇÃO DO CLIENTE EXTERNO - RECOMENDA HOSPITAL

| RECOMENDA | Jan | Fev | Mar | Abr | Mai | Jun | Jul | Ago | Set | Out | Nov | Dez | Média Anual/22 |
|---------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|----------------|
| % RECOMENDA | 95,2% | 98,7% | 97,4% | 98,2% | 98,3% | 100,0% | 98,8% | 99,0% | 99,4% | 100,0% | 100,0% | 97,1% | 98,5% |
| % NÃO RECOMENDA | 4,8% | 13% | 2,6% | 1,8% | 1,7% | 0,0% | 1,2% | 1,0% | 0,6% | 0,0% | 0,0% | 2,9% | 1,5% |
| META HSL | 90% | 90% | 90% | 90% | 90% | 90% | 90% | 90% | 90% | 90% | 90% | 90% | |
| CQH - RECOMENDA | 99,8% | 99,3% | 99,8% | 99,8% | 99,8% | 99,8% | 99,8% | 99,8% | 99,8% | 99,8% | 99,8% | 99,8% | |
| CQH - NÃO RECOMENDA | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | 0,2% | |
| Atualização | 07/02/2022 | 04/03/2022 | 04/04/2022 | 03/05/2022 | 03/06/2022 | 05/07/2022 | 03/08/2022 | 06/09/2022 | 05/10/2022 | 07/11/2022 | 07/12/2022 | 02/01/2023 | - |

Como se pode observar, nossos clientes SUS apresentaram uma satisfação geral com a assistência prestada. Este indicador reflete intimamente nosso compromisso de oferecer serviços de qualidade, em sua imensa maioria idênticos aqueles proporcionados aos pacientes conveniados ou particulares, com pequena diferença apenas na hotelaria, mas com o mesmo atendimento na alimentação, limpeza, enxoval, equipamentos, corpo médico e de enfermagem, etc. Este é um diferencial importante do HSL na cidade, no Estado e no País, reconhecido pelos avaliadores dos Ministérios da Educação e da Saúde como ponto forte de nossa Faculdade e seu hospital de ensino, ambos mantidos pela FUNDAESP.

2.3. DERCIC - Divisão de educação e reabilitação dos distúrbios da comunicação
A Dercic é uma unidade com coordenação administrativa própria, subordinada à Fundação São Paulo. Como Unidade Suplementar da PUC-SP, é vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde - FACHS da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mantida da FUNDAESP, e atua em dois eixos: Saúde e Educação.

Tem como missão "educar surdos, prestar atendimento e tratamento a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem, formar profissionais e realizar pesquisas, para que todos os envolvidos nas atividades institucionais possam assumir o papel de agentes de transformação social". Tem como valores "respeito e valorização a singularidade e à diversidade, coragem, ação educativa, atendimento humanizado, notoriedade profissional, transparência, compromisso, fidelidade à missão, coerência".

A DERCIC possui o Instituto Educacional São Paulo (IESP) - Escola de Educação Bilingue para Surdos, que oferece bolsas de estudo 100% gratuitas a todos os estudantes, a Clínica de Audição, Voz e Linguagem "Prof. Dr. Mauro Spinelli" e o Centro de Audição na Criança (CeAC), que desenvolvem ações e serviços na área da saúde, em parceria com a gestão municipal para atendimento ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Seus 131 profissionais (107 profissionais da educação e saúde e 24 administrativos) oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins.

A DERCIC atendeu no ano de 2022:

- 82 alunos da Educação Infantil e ensino Fundamental I e II, com bolsas integrais concedidas de acordo com a Lei nº 12.101/2009, referente à certificação de entidades

beneficentes de assistência social, revogada pela Lei Complementar nº 187, publicada em dezembro do mesmo ano.

• **Sábados letivos:**

Os sábados letivos ocorreram, conforme planejado, com atividades de cunho pedagógico cultural e educacional relacionado ao projeto anual, com alunos de diferentes anos distribuídos nas datas conforme a atividade pertinente ao ano. As atividades ocorreram nas seguintes datas: março - 26; abril - 09; maio - 28; junho 25; agosto - 27; setembro - 03, 17 e 24; outubro - 08, 22, e 29; novembro - 05, 19 e 26; dezembro, 03 e 10.

• **Escola da Família:**

Os pais, nessa proposta, contaram com a Orientação Educacional, que coordenou o trabalho realizado pela equipe ou professores, referente aos atendimentos individuais ou em grupos, espaço de escuta e orientação familiar, social e educacional através de reuniões, cursos, palestras e demais atividades, conforme demanda da idade/ano.

A escola, contou com a parceria da Acessibilidade para o oferecimento do Curso de Libras em sistema remoto e presencial, tanto para os pais quanto aos professores, tendo 41 participantes.

As atividades da Oficina Pedagógica de Libras aconteceram através das atividades enviadas para os filhos.

A escola oferece ainda programa de Acessibilidade em Libras e programas Educacionais complementares, como a seguir:

- ✓ **Programa de Acessibilidade (Libras):** Tem como objetivo colaborar com a comunidade surda e ouvinte nas ações desenvolvidas em prol da criação de melhores condições de vida e de inclusão social para os Surdos. Nesse programa, foram oferecidos o Curso livre de LIBRAS para Pessoas Físicas, com 306 participantes, Curso livre de LIBRAS para Professores do IESP, com 21 participantes, Curso de LIBRAS para Pais do IESP, com 110 participantes, Curso introdutório de LIBRAS EaD para PJ, com 54 participantes, Oficina de LIBRAS contrapartida SMS, com 119 participantes, Oficina de LIBRAS para FACHS/PUC-SP, com 30 participantes, Palestra de Sensibilização para PJ, com 181 participantes, Tutoria curso de LIBRAS, com 60 participantes, Workshop de LIBRAS para PJ, com 141 participantes. Total de 1.022 participantes.
- ✓ **Programa de Empregabilidade para surdos:** Foi criado com o objetivo de qualificar jovens e adultos surdos, com dificuldade de ingresso no mercado de trabalho competitivo em decorrência



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

da própria surdez, mas principalmente em decorrência da situação social de suas famílias e das lacunas apresentadas no desenvolvimento da escolaridade. O programa é inscrito no Conselho de Assistência Social de São Paulo. Vinculado ao programa, foram oferecidos os cursos a seguir:

- Oficinas de Vivências para o crescimento pessoal de jovens surdos entre 14 e 17 anos, verba do FUMCAD, atendidos 66 surdos.
- Curso de Desenvolvimento WEB (Certificar os jovens e adultos surdos que querem seguir carreira na área de Tecnologia da Informação), atendidos 9 surdos.
- Preparação para Recolocação de surdos no Trabalho, atendidos 6 surdos.
- Sensibilização de profissionais ouvintes da empresa ALIGHT, atendidos 64 profissionais.
- Inclusão Profissional de Surdos na empresa Camicado, atendidos 19 surdos.

Clínica de Audição, Voz e Linguagem Prof. Dr. Mauro Spinelli, Centro Audição na Criança - CeAC

A Clínica oferece atendimento interdisciplinar a pessoas com alterações de audição, voz e linguagem. Além disso, assessora organizações da área de saúde, organiza eventos científicos, realiza pesquisas e publicações científicas e oferece oportunidade a alunos estagiários e profissionais em formação de aprofundarem os seus conhecimentos e desenvolverem suas práticas em um ambiente interdisciplinar.

Organizada nos setores de Fonoaudiologia, Psicologia, Médico e Terapia Ocupacional e Serviço Social, a Clínica atende crianças, adolescentes, adultos e idosos por meio do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de São Paulo/ CER II - Centro Especializado de Reabilitação de Deficiência Auditiva e Intelectual/linguagem - SUS - Sistema Único de Saúde.

Em relação ao número de pacientes:

- 31.775 Atendimentos presenciais agendados.
- 1.231 Pacientes atendidos por Teleatendimentos.
- 1.850 Teleatendimentos
- 4.502 Pacientes agendados presencialmente
- 1.747 Pacientes receberam aparelhos auditivos aparelhos de amplificação sonora (Convênio SUS).
- 335 Diagnóstico diferencial de crianças menores de 5 anos de idade com suspeita de perda auditiva e reavaliações audiológicas.
- 297 Seleção e indicação de aparelhos de amplificação sonora individuais.
- 343 Número de famílias atendidas em terapias fonoaudiológicas e de crianças diagnosticadas com perda auditiva.
- 445 Acompanhamento audiológico de crianças usuárias de aparelhos de amplificação sonora individuais.

Convênio Secretária da Saúde - Triagem Auditiva Neonatal Universal.

- 11.638 Triagem Auditiva Neonatal

2.4. Centro Universitário Assunção - UNIFAI

O Centro Universitário Assunção - UNIFAI propõe-se a realizar, sistematicamente, revisões críticas e criativas do presente, fundamentadas na preservação dos aspectos positivos do passado e das projeções de futuro, tendo como princípios: Autonomia universitária, na forma da lei; A educação humanista; A participação interna; O compromisso social; A associação entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo a participação crítica da comunidade universitária; A participação efetiva no cenário do ensino superior brasileiro. A UNIFAI, em sua estrutura, conta atualmente com um Centro Universitário, localizado na Rua Afonso Celso, 671/711, Vila Mariana - SP, onde são ofertados cursos de: Graduação, Pós-Graduação (Lato Sensu) e Extensão.

Graduação: Os cursos de Graduação do UNIFAI conferem diploma de Bacharelado e Licenciatura aos concluintes. Os cursos superiores de tecnologia conferem diploma de tecnólogo (a) aos concluintes. Em 2022, foram ofertados 16 (dezesseis) cursos de Graduação.

Pós-Graduação (Lato Sensu): Tem por finalidade possibilitar aos alunos o aprofundamento de estudos feitos na graduação. Os cursos de Pós-Graduação - Lato Sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores que foram classificados em processo de entrevista, de acordo com o parágrafo 3º da Resolução nº. 1/2007 do CNE/CES. Em 2022 foram disponibilizados 22 (vinte e dois) cursos.

Extensão: Tem como finalidade complementar os conhecimentos em uma determinada área ou ampliar noções sobre temas relativos ao campo de estudo ou área de atuação do participante. Em 2022 foram ofertados 11 (onze) cursos de Extensão.

O UNIFAI, mantendo seu compromisso com a excelência acadêmica, possibilitou a titulação de novos especialistas. Em 2022, foram apresentados 74 (setenta e quatro) trabalhos de conclusão dos cursos (TCC), por meio de artigos científicos elaborados e defendidos pelos alunos, sob a orientação de professores mestres e doutores.

O Centro Universitário Assunção realiza atividades no contexto de responsabilidade social, do atendimento e do oferecimento de serviços à comunidade:

Ações do UNIFAI na comunidade: O UNIFAI presta serviços à comunidade em áreas como assistência jurídica, assistência social e educação, por meio do Escritório de Assistência Jurídica (ESAJU), do Apadrinhamento Afetivo, do Projeto de Intervenção Pedagógica para crianças com dificuldade de Aprendizagem e do Projeto de Cultura e Língua Portuguesa aos Refugiados e Imigrantes.

Ações do UNIFAI na área de cultura: Divulgação de lives e palestras com a participação dos discentes e docentes do UNIFAI. Ocorreram ações culturais de forma presencial e remota, com a realização de lives por meio da plataforma Microsoft Teams e pelo YouTube. Em 2022, houve 26 (vinte e seis) lives na pós-graduação - lato sensu e 23 (vinte e três) na graduação.

Ações de responsabilidade social com os alunos:

Feira de Recrutamento e Carreira: Promover anualmente o encontro entre o corpo discente e as empresas de recrutamento, para atualizar os alunos sobre as demandas do mercado e estreitar o relacionamento do UNIFAI com as entidades da área, facilitando o acesso dos alunos às novas oportunidades de colocação profissional.

Em 2022, marcaram presença na Feira as organizações sociais como SEBRAE e CIEE.

Também merece destaque duas ações sociais desenvolvidas pelo Projeto Vamos Sonhar Juntos, que contou com a participação ativa de 30 (trinta) alunos.

A primeira mapeou o perfil sociodemográfico de 300 (trezentas) famílias de uma comunidade na Vila Prudente.

A segunda atendeu 6 (seis) serviços de acolhimento da região do Jabaquara/Vila Mariana, contando com a presença de 110 (cento e dez) crianças e adolescentes em uma festa composta por oficinas e brincadeiras desenvolvidas pelos próprios alunos.

Grupos de estudo: Os "grupos de estudo" são parte do Projeto de Extensão do UNIFAI e dirigem-se aos alunos e convidados interessados no aprimoramento dos estudos e da pesquisa durante a graduação com vistas a realização tanto do trabalho de conclusão de curso, quanto ao ingresso no pós-graduação. Atualmente esses grupos têm como foco os fenômenos sociais que interferem na vida comum, do qual se depreende três eixos temáticos, a saber, (a) religião & sociedade, (b) educação & sociedade e (c) política & sociedade.

Ação: O Centro Universitário Assunção - UNIFAI concedeu bolsa alimentação (uma refeição diária) e distribuiu cestas básicas aos alunos contemplados com bolsa de estudos integral do ProUni e Fundasp. As cestas foram entregues ao longo da pandemia. Com o retorno as aulas presenciais, os alunos passaram a receber uma refeição na IES.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL NO ÚLTIMO TRIÊNIO (2022/2021/2020)

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2020 |
|---|------------------|------------------|------------------|
| Receitas operacional bruta | | | |
| Mensalidades, taxas e inscrições | 557.698 | 536.341 | 532.331 |
| Cursos extracurriculares | 27.978 | 31.003 | 33.908 |
| Assistência médico-hospitalar | 58.016 | 56.556 | 50.936 |
| Subvenções e doações | 2.049 | 2.058 | 2.772 |
| Outras receitas | 15.825 | 15.121 | 13.006 |
| | 661.566 | 641.079 | 632.953 |
| Deduções | | | |
| Bolsas de estudo filantrópicas | (71.076) | (66.869) | (64.076) |
| Bolsas de estudo (sociais) | (58.174) | (61.391) | (64.337) |
| Abatimentos concedidos sobre mensalidades | (52) | (64) | (384) |
| | (129.302) | (128.324) | (128.797) |
| Receita operacional líquida | 532.264 | 512.755 | 504.156 |
| Custos diretos e indiretos | | | |
| com atividades educacionais | (234.359) | (229.656) | (224.054) |
| Custos diretos com atividades hospitalares | (40.123) | (39.603) | (34.566) |
| Custos com mercadorias vendidas | (1.104) | (184) | (217) |
| Custo do serviço prestado | (275.586) | (269.443) | (258.837) |
| Superávit bruto | 256.678 | 243.312 | 245.319 |
| Despesas operacionais | | | |
| Salários, férias e encargos sociais | (131.165) | (126.525) | (119.251) |
| Despesas com serviços de terceiros | (32.870) | (35.036) | (32.114) |
| Administrativas e gerais | (29.921) | (21.507) | (18.074) |
| Pesquisas e desenvolvimento científico | (1.827) | (2.157) | (1.525) |
| Total despesas operacionais | (195.783) | (185.225) | (170.964) |
| Result. operacional antes indenizações, dev. duvidosos, depreciação e resultado financeiro | 60.895 | 58.087 | 74.355 |
| Aviso prévio e indenizações | (2.612) | (1.800) | (5.424) |
| Depreciações e amortizações | (11.067) | (11.008) | (11.557) |
| Resultado financeiro líquido | (28.388) | (27.935) | (30.029) |
| Despesas com devedores duvidosos e processos judiciais | (8.599) | (11.850) | (10.939) |
| Outras (receitas/despesas) operacionais | 1.751 | 1.122 | 1.470 |
| Resultado do exercício | 11.980 | 6.616 | 17.876 |

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das demonstrações financeiras, em 2022 a Fundação manteve a geração de superávit líquido e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores. A Instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva.

A receita líquida operacional de 2022 foi de R\$532.264 milhões e apresenta acréscimo de 3,80% quando comparada com o período imediatamente anterior. Alcançou um resultado operacional de R\$60,9 milhões (R\$58,1 milhões em 2021), as ações da administração adequando os custos e despesas operacionais as receitas captadas, teve reflexo direto no resultado operacional, que demonstra a manutenção da busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade, é necessária a manutenção das medidas de controles financeiro e operacional já tomadas.

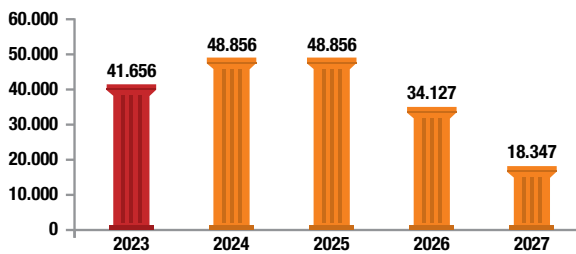
No âmbito operacional, a Instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2023.

A Fundação manterá em 2023 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas.

No último triênio, a Instituição atingiu resultado líquido superavitário, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros.

O gráfico a seguir apresenta os montantes vencidos da dívida bancária ao final do exercício de 2022:

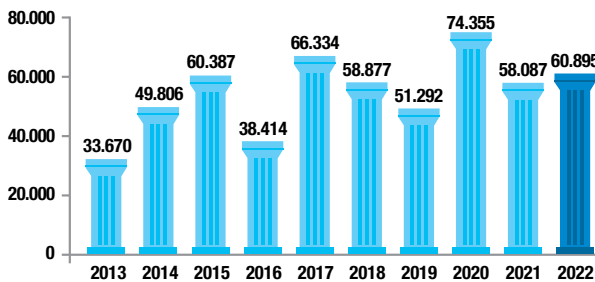
ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO



A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à Instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida.

A seguir, demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos 10 anos:

RESULTADO OPERACIONAL ANTES INDENIZ. ACLD, DEPRECIÇÃO E RESULTADO FINANCEIRO

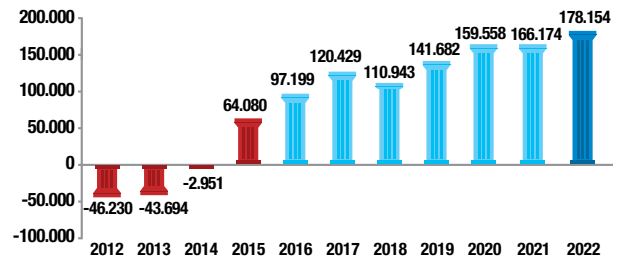


Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos com os credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi.

A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazo promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.

A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2022 a Fundação manteve um acréscimo patrimonial decorrente novamente de resultado líquido positivo. Assim, manteve a consolidação da reversão da situação de passivo a descoberto. Destaca-se que essa reversão é oriunda de grandes esforços dispendidos pela Administração no tocante a melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoem a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade. Por fim, destaca-se também a administração de seu patrimônio imobiliário.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Considerações finais

Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social continua sendo o grande desafio que envolve a gestão da Fundação São Paulo.

Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Assunção, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade, mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social.

Com mais de 77 anos de existência, a Instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.

Construir e consolidar, com ética e compromisso, construindo uma civilização do diálogo, do respeito e da paz, são os verbos que pautarão nossos trabalhos.

Declaração dos diretores

Os Diretores da Fundação São Paulo declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Ernst & Young Auditores Independentes, emitido em 17 de abril de 2023, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Relacionamento com os auditores independentes

Informamos que a Fundação São Paulo consultou os auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Fundação na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a Ernst & Young Auditores Independentes não prestou outros serviços adicionais para as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo.

A Ernst & Young Auditores Independentes declarou que a prestação dos serviços de auditoria foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderia afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

São Paulo, 17 de abril de 2023

Secretaria Executiva da Fundação São Paulo
Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Mantenedora do Centro Universitário Assunção



BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

| | <u>Nota 31/12/2022</u> | | <u>31/12/2021</u> | | | <u>Nota 31/12/2022</u> | | <u>31/12/2021</u> | |
|--|------------------------|----------------|-------------------|--|---|------------------------|----------------|-------------------|--|
| Ativo | | | | | Passivo | | | | |
| Circulante | | | | | Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 78.453 | 93.967 | | Fornecedores | | 13.497 | 13.135 | |
| Aplicações financeiras vinculadas | 4 | 8.336 | 4.915 | | Empréstimos e financiamentos | 15 | 41.656 | 37.433 | |
| Contas a receber de alunos e hospital | 5 | 24.650 | 28.746 | | Salários, férias e encargos sociais a pagar | 16 | 50.525 | 45.118 | |
| Bolsas restituíveis | 6 | 3.811 | 4.337 | | Tributos parcelados | 17 | 8.204 | 8.152 | |
| Estoques | | 2.067 | 3.312 | | Mensalidades antecipadas | 18 | 17.146 | 17.743 | |
| Adiantamentos a funcionários | | 1.741 | 1.458 | | Processos judiciais a pagar | 19 | 4.519 | 6.579 | |
| Despesas antecipadas | | 1.437 | 1.219 | | Passivo de arrendamento | 14 | 3.154 | 2.457 | |
| Outros ativos | 7 | 11.427 | 13.833 | | Outras contas a pagar | 20 | 4.006 | 3.482 | |
| Total circulante | | 131.922 | 151.787 | | Total circulante | | 142.707 | 134.099 | |
| Não Circulante | | | | | Não circulante | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | Empréstimos e financiamentos | 15 | 150.187 | 160.795 | |
| Contas a receber de alunos e hospital | 5 | 2.182 | 813 | | Tributos parcelados | 17 | 116.243 | 119.060 | |
| Outros ativos | 7 | 633 | 221 | | Provisão para riscos judiciais | 21 | 13.078 | 10.253 | |
| Aplicações financeiras (garantia de empréstimos) | 8 | 24.951 | - | | Passivo de arrendamento | 14 | 9.143 | 11.312 | |
| Créditos de certificado de potencial adicional de construção | 9 | 5.695 | 5.695 | | Processos judiciais a pagar | 19 | 5.409 | 8.656 | |
| Investimentos (Associação Cultural São Paulo) | 10 | 10 | 10 | | Outras contas a pagar | 20 | 7.914 | 4.720 | |
| Outros | | 19 | 19 | | Total não circulante | | 301.974 | 314.796 | |
| | | 33.490 | 6.758 | | Patrimônio líquido | | | | |
| Imobilizado | 11 | 270.193 | 274.851 | | Patrimônio social | 22 | 72.782 | 57.305 | |
| Intangível | 12 | 52.718 | 52.936 | | Ajuste de avaliação patrimonial | 22 | 93.392 | 102.253 | |
| Propriedades para investimentos | 13 | 124.979 | 117.015 | | Superávits acumulados | | 11.980 | 6.616 | |
| Direito de uso | 14 | 9.533 | 11.722 | | Total do patrimônio líquido | | 178.154 | 166.174 | |
| Total não circulante | | 457.423 | 456.524 | | Total do passivo e do patrimônio líquido | | 622.835 | 615.069 | |
| Total do ativo | | 622.835 | 615.069 | | | | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

| | <u>Nota</u> | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|----------------|------------------|-------------|
| Receita operacional líquida | 24 | 532.264 | 512.755 |
| Custos diretos educacionais e hospitalares | 25 | (275.586) | (269.443) |
| Superávit bruto operacional | | 256.678 | 243.312 |
| (Despesas)/receitas operacionais | | | |
| Despesas com pessoal | 26 | (133.776) | (128.325) |
| Despesas gerais e administrativas | 27 | (29.921) | (21.507) |
| Despesas com serviços de terceiros | 28 | (32.870) | (35.036) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 5.2 e 6 | (4.750) | (3.260) |
| Provisão para processos e contingências judiciais | 19.1 e 21.1 | (3.849) | (8.589) |
| Depreciações e amortizações | 11.2, 12 e 14a | (11.068) | (11.008) |
| Despesas com pesquisas e desenvolvimento científico | | (1.827) | (2.158) |
| Outras receitas | 29 | 1.751 | 1.122 |
| | | (216.310) | (208.761) |
| Superávit operacional antes do resultado financeiro | | 40.368 | 34.551 |
| Receitas financeiras | 30 | 23.836 | 15.046 |
| Despesas financeiras | 30 | (52.224) | (42.981) |
| Superávit do exercício | | 11.980 | 6.616 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|----------------|-------------|
| Superávit do exercício | 11.980 | 6.616 |
| Realização de avaliação patrimonial | (8.861) | (8.861) |
| Superávit (déficit) abrangente total do exercício | 3.119 | (2.245) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
 Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

| | <u>2022</u> | <u>2021</u> |
|---|------------------|-------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Valores recebidos dos clientes | 513.329 | 493.297 |
| Pagamentos de obrigações sociais e trabalhistas | (365.751) | (359.166) |
| Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços e outras contas a pagar | (105.385) | (106.975) |
| Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos | (5.781) | (7.263) |
| | 36.412 | 19.893 |
| Outros recebimentos (pagamentos) | | |
| Recebimentos de aluguéis | 2.511 | 9.074 |
| Recebimentos de subvenções | 2.551 | 3.777 |
| Recebimentos de doações | 264 | 218 |
| Recebimentos de inscrições e concursos | 3.279 | 3.024 |
| Outros recebimentos | 2.860 | 3.022 |
| Despesas bancárias pagas | (1.813) | (1.961) |
| Pagamentos de processos judiciais | (6.332) | (5.143) |
| Pagamentos de depósitos judiciais | (1) | (1) |
| Juros pagos de empréstimos e financiamentos | (29.980) | (16.753) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 9.751 | 15.150 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Compras de imobilizado | (3.540) | (3.256) |
| Recebimento na venda de ativo imobilizado | | 20 |
| Juros recebidos | 13.542 | 5.712 |
| Aplicações financeiras em garantia de empréstimos | (24.951) | - |
| Caixa líquido proveniente das atividades de investimento | (14.949) | 2.476 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Amortização de empréstimos e financiamentos | (46.385) | (180.502) |
| Captação de empréstimos e financiamentos | 40.000 | 170.000 |
| Amortização de arrendamento de imóvel | (3.931) | (3.615) |
| Caixa líquido aplicado nas das atividades de financiamento | (10.316) | (14.117) |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | (15.514) | 3.509 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | |
| No início do exercício | 93.967 | 90.458 |
| No final do exercício | 78.453 | 93.967 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais - R\$)

Saldos em 31 de dezembro de 2020
Incorporação do superávit ao patrimônio social
Realização de avaliação patrimonial
Superávit do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2021
Incorporação do superávit ao patrimônio social
Realização de avaliação patrimonial
Superávit do exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2022

| Patrimônio social | Ajuste de avaliação patrimonial | Superávit acumulados | Total |
|-------------------|---------------------------------|----------------------|----------------|
| 30.568 | 111.114 | 17.876 | 159.558 |
| 17.876 | - | (17.876) | - |
| 8.861 | (8.861) | - | - |
| - | - | 6.616 | 6.616 |
| 57.305 | 102.253 | 6.616 | 166.174 |
| 6.616 | - | (6.616) | - |
| 8.861 | (8.861) | - | - |
| - | - | 11.980 | 11.980 |
| 72.782 | 93.392 | 11.980 | 178.154 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Fundação São Paulo ("FUNDASP" ou "Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecida filantrópica, instituída em 1945, e mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ("PUC-SP" ou "Instituição"), fundada em 13 de agosto de 1946, do Hospital Santa Lucinda (HSL), fundado em 1950, e do Centro Universitário Assunção ("UNIFAI" ou "Instituição"), constituído em julho de 2002.

A Fundação cumpre seus objetivos sociais aplicando integralmente no País os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com atuação nas áreas social, da saúde, educação, pesquisa e cultura.

Para manter-se como uma fundação sem finalidade de lucro, as seguintes condições devem ser seguidas pela Fundação, as quais estão sendo cumpridas:

- Não remunerar, por nenhuma forma, os membros do Conselho Superior, do Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal pelos serviços prestados.
- Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.
- Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Unidade educacional - PUC-SP

Seus objetivos principais são:

- A assistência social desenvolvida por meio de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação.
- A formação de profissionais técnicos e científicos de nível superior, pós-graduação e extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, de justiça e dignidade humana, sensíveis aos problemas do País e às implicações de sua profissão.
- Outras atividades de caráter cultural, social, filantrópico e de pesquisa científica.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

A PUC-SP conta com *campi* universitários, sendo quatro localizados no município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga e Santana e um no interior: Sorocaba.

Unidade educacional - Centro Universitário Assunção - UNIFAI

Seus objetivos principais são:

- Comprometimento com a educação, inspirada nos valores evangélicos e nos princípios de liberdade de expressão;
- Preparar os futuros profissionais para o exercício da cidadania e qualificá-los para o mercado de trabalho;
- Aprimoramento qualitativo de seus egressos, dando ênfase ao crescimento pessoal e à capacitação para o aperfeiçoamento contínuo, seja por meio de cursos de pós-graduação lato sensu e aperfeiçoamento, seja por meio de grupos de estudo.
- Como instituição católica, incentiva a formação humanista e a prática pedagógica participativa e dialogada, como forma de melhor entendimento entre professores, alunos e funcionários.

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, especialização e extensão universitária.

A UNIFAI conta com um Centro Universitário localizado no município de São Paulo.

Unidade Hospitalar - HSL

O HSL está localizado na Rua Cláudio Manoel da Costa, nº 57 - Jd. Vergueiro, na cidade de Sorocaba/SP, e foi fundado em 1950, quando o Dr. José Ermirio de Moraes doou uma área pertencente ao Grupo Votorantim para abrigar a Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina de Sorocaba. Em 1977, o HSL passou a fazer parte da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC-SP, mantida pela Fundação. Atualmente, o HSL possui parceria com o governo municipal de Sorocaba, trabalhando, também, de modo particular e por meio de operadores de planos de saúde.

Decorrente de sua integração com a PUC-SP sediada em Sorocaba, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas (renúncia fiscal)

i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
A Fundação, em virtude de ser uma instituição de educação, sem fins lucrativos, e entidade beneficente de assistência social, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, em conformidade com o disposto nos arts. 150, VI, "c", e 195, § 7º, ambos da Constituição Federal, e de acordo com o art. 181 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto Federal nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

ii) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)
Conforme previsto no Decreto Federal nº 6.306/2007, artigo 2º, § 3º, as operações realizadas pelas instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, desde que vinculadas às suas finalidades essenciais, não se submetem à incidência do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF). Para atestar tal situação às instituições financeiras com as quais realiza operações, a Fundação envia-lhes declaração de que é imune, não estando sujeita à incidência desse imposto sobre as referidas operações.

Quanto ao IRRF, a Lei Federal nº 9.532/1997, em seu artigo 12, § 1º, prevê que os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável pelas instituições de educação ou de assistência social não estão abrangidos pela imunidade. Por força da medida liminar concedida em 1998 no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) n. 1.802/1998 a Fundação São Paulo enviava às instituições financeiras com as quais possui as citadas aplicações uma Declaração sobre a sua imunidade. Em abril de 2018 houve o julgamento da ADIN sendo o referido dispositivo, entre outros, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, ratificando a medida liminar. O trânsito em julgado da ação foi certificado em 14/05/2018. Com isso, as entidades sem fins lucrativos detêm plena e definitiva segurança jurídica para gozarem de sua imunidade tributária sem a necessidade de atender às indevidas limitações que eram impostas pela Lei nº 9.532/1997.

iii) Programa de Integração Social (PIS)

A Fundação, por constituir uma instituição de educação e de assistência social a que se refere o artigo 12 da Lei nº 9.532/1997, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), estaria obrigada ao pagamento de contribuição para o PIS, calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e com o Decreto Federal nº 4.524/2002. Todavia, a Fundação propôs a Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária com Pedido de Antecipação de Tutela nº 2000.61.00.008249-2, na qual foi obtida antecipação de tutela em março de 2000, garantindo o não recolhimento do PIS. No bojo dessa ação, foi ajuizada a Ação Cautelar Incidental nº 2009.03.00.035294-0, em que a Fundação obteve liminar em outubro de 2009, para suspender a exigibilidade do crédito tributário em questão, decisão que permanece vigente.

Em 23 de fevereiro de 2017, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 566.622, com repercussão geral, que fundamenta o sobrestamento da Ação Declaratória do PIS proposta pela FUNDASP em 2000, acima citada, bem como das quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade relacionadas à matéria. O Tribunal entendeu que os requisitos para a imunidade devem estar previstos em lei complementar, sendo inconstitucional a exigência de requisitos por lei ordinária. Após a oposição de embargos de declaração a Suprema Corte reformulou a tese inicialmente fixada para o tema, prevalecendo a tese proposta pela Ministra Rosa Weber nos seguintes termos "a lei complementar é forma exigível para a definição do modo beneficente de atuação das entidades de assistência social contempladas pelo art. 195, § 7º, da CF, especialmente no que se refere à instituição de contrapartidas a serem por elas observadas". O julgamento do STF beneficia a Fundação, pois tem impacto direto e favorável na ação declaratória proposta. Nas ADI's 2028, 2036, 2228 e 2621, ficou definido que aspectos procedimentais referentes à certificação, fiscalização e controle administrativo das entidades beneficentes de assistência social podem ser veiculados em lei ordinária. Posteriormente, houve movimentação no andamento do processo movido pela FUNDASP, tendo sido determinado que os autos fossem levantados do sobrestamento e remetidos à Turma que proferiu a decisão em segunda instância, para análise e adequação à decisão do STF, o que ainda está em andamento no TRF-3.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

iv) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Fundação, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, beneficente e de assistência social, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nºs 9.718/1998 e 10.833/2003, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002. Além disso, a COFINS está abrangida na imunidade de contribuições para a seguridade social, prevista no art. 195, §7º, da CF, sendo que o CEBAS vigente é documento hábil a comprovar tal imunidade.

v) Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

A Fundação possui imunidade de ISS e IPTU deferido por parte da Prefeitura do Município de São Paulo até o exercício de 2015, cujos despachos de deferimento até o exercício de 2015 foram publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A partir do exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida por meio do Sistema de Declaração de Imunidades (SDI), da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto Municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015. A imunidade de ITBI é auferida por meio do envio de uma declaração específica pelo SDI para cada operação de aquisição de imóvel.

A situação de imunidade da Fundação, no que tange aos impostos de competência municipal, é atestada pela Declaração nº 2015-001211/CP01, com vigência de 24 de dezembro de 2015 a 13 de janeiro de 2016, retificada por meio da Declaração nº 2016-00182/CM01, com vigência de 13 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2017. Para 2018, houve renovação, atestada pela Declaração nº 2017-001080/CR01, com vigência de 10 de novembro de 2017 a 31 de dezembro de 2018. Para o ano de 2019 a imunidade foi atestada pela Declaração nº 2019-000380/CR03, retificada pela Declaração nº 2019-001837/CM01. E, para os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, foram feitas as renovações certificadas por meio das Declarações nºs 2020-000361/CM01 e 2021-000062/CR01, 2022-000023/CR02 e 2023-000037/CR01, respectivamente.

vi) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

A Fundação, por ser detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Em contrapartida, a legislação exige que a Fundação conceda uma bolsa de estudos integral para cada cinco alunos pagantes. Essa exigência estava prevista na Lei nº 12.101/2009, a qual foi declarada inconstitucional, por decisão do STF, que julgou parcialmente procedente a ADI nº 4.480, no que se refere à necessidade de que os requisitos para fruição da imunidade sejam disciplinados por meio de lei complementar, e não por lei ordinária, o que resultou na publicação da Lei Complementar nº 187, em 16 de dezembro de 2021. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na Nota Explicativa nº 33.

vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Lei nº 11.096/2005, alterada pela Lei nº 14.350/2002, com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

A gestão do PROUNI cabe à Sesu/MEC, com o qual a Fundação firmou Termo de Adesão para cada um dos campi de suas instituições mantidas. Na PUC-SP, o termo foi firmado em novembro de 2004, para vigorar a partir do 1º semestre de 2005, com prazo de vigência de 10 (dez) anos, conforme disposto no Art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.096/2005. Com o término dessa vigência, foram firmados, em dezembro de 2014, para início da vigência no 1º semestre de 2015, Termos de Renovação de Adesão para todos os campi, por igual período. Nos semestres seguintes, foram emitidos Termos Aditivos, nos prazos estabelecidos pelo Ministério da Educação, inclusive para o fim de constar as bolsas a serem concedidas no Centro Universitário Assunção, também mantido pela Fundação São Paulo.

Na composição de sua gratuidade a Fundação utiliza o PROUNI para o cumprimento da proporção de número de pagantes e bolsas de estudos concedidas.

1.3. Crise sanitária mundial causada pela Covid-19

Desde o início de 2020, a disseminação da Covid-19 causou grandes impactos nos negócios e atividades econômicas em todo o mundo. Para lidar com essa situação sem precedentes, a Fundação estabeleceu um Comitê de Contingência interno, que tem acompanhado de perto o avanço da pandemia.

A administração avaliou potenciais desdobramentos decorrentes da crise atual em suas operações e os possíveis impactos nas demonstrações financeiras da Fundação:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

(a) *Provisão para perdas esperadas com créditos* - dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da provisão para os casos de alunos inadimplentes e evadidos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificados impactos relevantes no volume de recebimentos e maior dificuldade na cobrança dos valores em atraso (Nota 5.2 e 6).(b)

(b) *Provisão para riscos judiciais* - na esfera trabalhista, eventual aumento de ações em função de reclamações. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi identificado nenhum aumento das ações trabalhistas que indicasse a necessidade de acréscimo da provisão para contingências, (Nota 19.1 e 21.1).

(c) *Impairment de ágio e intangíveis* - as projeções realizadas em 31 de dezembro de 2022 não apresentaram evidências de perda do valor recuperável dos ativos.

(d) *Riscos financeiros* - aumento das taxas de juros ("spreads") de mercado em função das incertezas futuras no mercado nacional e internacional. Em complemento, visando a proteção da sua capacidade financeira e da sua estrutura de capital, a administração realizou um reforço no caixa da Fundação através da contratação de empréstimos junto a instituições financeiras (Nota 15). A Fundação monitora atentamente as oscilações de mercado ocorridas em função dessas incertezas perante a expectativa de geração de caixa para mitigar os riscos financeiros envolvidos.

1.4. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, a Fundação, apresenta capital circulante líquido negativo de R\$10.785 (R\$17.688 em 31 de dezembro de 2021) e patrimônio líquido de R\$178.154 (R\$166.174 em 31 de dezembro de 2021). Os planos da Administração para manter o equilíbrio de sua situação patrimonial são:

- (i) Expandir a receita pela captação de novos alunos e novos cursos.
 - (ii) Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos.
 - (iii) Corrigir as mensalidades, a fim de estar alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da Fundação.
 - (iv) Reduzir as despesas e os custos com pessoal.
 - (v) Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados.
 - (vi) Manter o parcelamento dos tributos federais pelo Programa de Recuperação Fiscal (REFIS I), que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Fundação.
 - (vii) Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento.
 - (viii) Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência.
 - (ix) Ofertar novas fontes de financiamento privado estudantil aos alunos que se encontram com dificuldade financeira.
 - (x) Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas.
 - (xi) Ampliar o nível de controle dos recursos pertencentes à Fundação.
 - (xii) Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.
 - (xiii) Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos.
 - (xiv) Investir em melhorias de infraestrutura nos diversos campi, bem como no HSL.
- O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, que visa a eliminar dívidas trabalhistas e reduzir os passivos tributários, bem como reduzir o volume de endividamento bancário.

Diversas ações, como as descritas anteriormente, no sentido de manter o equilíbrio econômico-financeiro, vêm sendo tomadas, no contexto da sólida gestão da Fundação, as quais continuarão sendo executadas ao longo de 2023, permitindo um melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recuperação da sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e o aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - "Entidade sem Finalidade de Lucros".

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Secretaria executiva em 17 de abril de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da Fundação na sua gestão.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo, as propriedades para investimento e os créditos de certificado de potencial adicional de construção, que também são mensuradas pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2022, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota Explicativa nº 3(h) - Valor depreciável, que é o custo de um ativo ao longo de sua vida útil estimada de cada componente.
- Nota Explicativa nº 20 - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos por demandas fiscais, trabalhistas e cíveis.
- Notas Explicativas nºs 5 e 6 - Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e bolsas restituíveis.
- Nota Explicativa nº 8 - Mensuração do valor justo dos créditos de certificado de potencial adicional de construção.
- Nota Explicativa nº 12 - Mensuração do valor justo das propriedades para investimento.

e) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Fundação reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

A Fundação reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2022, a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR.

Ativos financeiros registrados pelo VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e hospital, bolsas restituíveis, certificado de potencial construtivo a receber e outros créditos provenientes de prestação de serviços.

Redução no valor recuperável (impairment) - ativos financeiros

O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

iii) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Fundação tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Fundação não possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2021 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de *hedge*.

b) *Arrendamento*

A Fundação adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 em 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial de arrendatários. Como resultado, a Fundação, como arrendatário, reconheceu os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os ativos subjacentes e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento.

A Fundação aplicou o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada a partir de 1º de janeiro de 2019. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada - ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06/ IAS 17 e interpretações relacionadas. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

i) *Definição de arrendamento*

Anteriormente, a Fundação determinava, no início do contrato, se o mesmo era ou continha um arrendamento sob o ICPC 03/IFRIC 4 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Fundação agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento baseado na nova definição de arrendamento. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

ii) *Ativos arrendados*

A Fundação arrenda basicamente os imóveis:

- Rua da Consolação - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão;
- Rua Voluntários da Pátria, 1653 - Santana, Campus Santana, onde é ofertado o curso de teologia;
- Avenida Nazaré, 993 - Ipiranga, Campus Ipiranga, são ofertados alguns cursos de graduação;
- Rua João Ramalho, 295 - Escritório Modelo "Dom Paulo Evaristo Arns" é uma unidade de Prática da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;
- Rua da Consolação, 881 - Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da PUC-SP (COGEAE), onde são ofertados cursos de especialização e extensão.

Como arrendatário, a Fundação classificava anteriormente arrendamentos operacionais ou financeiros com base em sua avaliação sobre se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Fundação reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para estes arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

iii) *Políticas contábeis significativas*

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Fundação. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 12,28% a.a., variando de acordo com o prazo de cada contrato.

A Fundação aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos quais incluem opções de renovação. A avaliação se a Fundação está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

c) *Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas*

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 24).

a) *Prestação de serviços educacionais*

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável.

As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares.

b) *Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)*

As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil (FIES), atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009 (com as alterações advindas da Lei nº 12.868/2013), do Decreto Federal nº 2.536/1998 e da Lei nº 11.096/2005, que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

Alteração na legislação do FIES

Em dezembro de 2014, o MEC definiu as Portarias Normativas nºs 21 e 23, que modificaram principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais, reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para os alunos ingressantes a partir de março de 2015. O principal impacto medido pela Fundação refere-se ao desconto de 5% (cinco por cento) instituído pelo Governo para o repasse do crédito.

c) *Prestação de serviços médicos*

Os procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de descontos, abatimentos e possíveis glosas estimadas.

d) *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

e) *Subvenções e doações*

As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

f) *Mensalidades antecipadas*

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

d) *Caixa e equivalentes de caixa*

Os equivalentes de caixa não mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

e) *Aplicações financeiras*

Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

f) *Contas a receber*

Apresentadas aos valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituído com base na análise dos riscos de perda esperada da realização do contas a receber.

As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (mensalidades, acordos celebrados com estudantes de mensalidades vencidas e em cobranças judiciais) e hospitalar (procedimentos médicos a receber de convênios ou particulares).

g) *Estoque*

Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no HSL e são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Os estoques obsoletos ou “vencidos” são baixados ou substituídos, quando identificados.

h) Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar no qual são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou das peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

| Descrição | Anos | Taxa de depreciação anual |
|--------------------------------------|--------------|---------------------------|
| Edificações | 25 a 64 anos | 1,56% a 4,0% |
| Máquinas e equipamentos | 10 anos | 10,0% |
| Móveis e utensílios | 10 anos | 10,0% |
| Equipamentos de informática | 5 a 8 anos | 12,5% a 20,0% |
| Ferramentas | 10 anos | 10,0% |
| Biblioteca | 10 anos | 10,0% |
| Instalações | 10 anos | 10,0% |
| Benfeitorias em imóveis próprios | 25 a 64 anos | 1,56% a 4,0% |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 5 anos | 20,0% |
| Equipamentos hospitalares | 5 a 20 anos | 5,0% a 20,0% |
| Veículos em uso | 7 anos | 14,28% |
| Enxoval hospitalar | 3 anos | 33,34% |

A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se este valor for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas” na demonstração do resultado.

i) Intangível - softwares

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

j) Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 13.

As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período no qual as mudanças ocorrerem, especificamente em conta destacada no grupo “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas”. As avaliações foram efetuadas por especialistas independentes externos.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros em capital fixo que aumentem o valor das propriedades, tampouco os benefícios futuros relacionados derivados desses dispêndios futuros.

k) Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação pode ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

b) Provisões para riscos judiciais

A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos será feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor pode ser feita. (Vide Nota Explicativa nº 3.2.a).

l) Avaliação do valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído um ajuste do ativo para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Fundação avalia os ativos do imobilizado quando há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

m) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não derivativos

A Fundação apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Fundação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Fundação.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que a Fundação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

i) Mensuração das perdas com crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

ii) Glosas

É a recusa parcial ou total de uma fatura, por parte da operadora de plano de saúde, por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Seu registro é realizado no momento em que a Fundação recebe a notificação da operadora do plano de saúde.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Fundação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Esse valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Fundação.

iii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Fundação são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Durante o exercício de 2021, não houve indicação de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros.

n) Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC)

Este direito é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado “mercado secundário” e atende à premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Fundação. O valor apresentado nas demonstrações financeiras indica a expectativa da Administração da Fundação quanto à sua realização, em conjunto com os esforços de negociação desse título, para o qual, quando efetivamente negociado, prevalecerá o valor de mercado na data de cada negociação.

o) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

p) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Fundação não foi afetada por qualquer determinada alteração, norma ou interpretação de novos pronunciamentos contábeis no exercício.

q) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, e que possam vir a impactar a Fundação, estão descritas a seguir. A Fundação pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Fundação avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Fundação.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Fundação está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

r) Receitas com trabalhos voluntários

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo, levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar, conforme estabelecido na ITG2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucro. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida às despesas operacionais.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Fundação realizou reuniões com a participação de seu corpo de diretores e conselheiros, o qual seria equivalente ao valor justo total de R\$20 em 2022 e R\$19 em 2021.

s) Apresentação das informações por segmentos operacionais

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Secretária Executiva, também responsável pela tomada de decisões estratégicas da Fundação, tendo como suporte: Conselho Superior, Conselho Fiscal, Conselho de Assessoria em Administração e Finanças, e Conselho Consultivo.

Unidade educacional - PUC-SP e Centro Universitário Assunção (UNIFAI)

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

Unidade hospitalar - HSL

Além das tradicionais atividades de atenção à saúde, o HSL atua como campo de estágio nas áreas de medicina e enfermagem e possui o mérito de ser o único hospital da cidade de Sorocaba a possuir em seu corpo clínico todos os membros do corpo acadêmico da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Recursos não vinculados - Caixa e equivalentes de caixa: | | |
| Caixa e bancos | 1.321 | 1.380 |
| Aplicações financeiras (i) | 77.132 | 92.587 |
| | 78.453 | 93.967 |
| Recursos vinculados: | | |
| Aplicações financeiras (ii) | 8.336 | 4.915 |
| | 8.336 | 4.915 |

(i) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas, de alta liquidez e que podem ser prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não sendo vinculadas a operações de risco e são remuneradas a taxas que variam entre 87% e 111% (88,2% e 130,2% em 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Recursos vinculados

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------|--------------|
| Composição dos recursos vinculados | | |
| Convênio SUS PA 1501/2022 - recurso federal (a) | 3.958 | - |
| Convênio SUS PA 1501/2022 - recurso municipal (a) | 1.949 | - |
| Convênio Hospital Estratégico (b) | 1.710 | 1.645 |
| Convênio SUS PA 7.180/17 (c) | - | 2.181 |
| Outros projetos | 719 | 1.089 |
| Total | 8.336 | 4.915 |

(a) Convênio SUS PA 1501/2022 - Execução das atividades e serviços referentes ao SUS, por intermédio da pactuação de metas quantitativas e qualitativas e em conformidade com o Plano Operativo (convênio assinado em 2022 em substituição ao convênio SUS PA 7.180/17).

(b) Convênio Hospital Estratégico - Contribuir para o desenvolvimento de uma Rede Hospitalar de referência na Região de Sorocaba, capaz de prestar serviços de saúde de qualidade e resolutivos, de média e de alta complexidade, que atendam as necessidades e demandas da população, em especial aquelas que encaminhadas pelo setor de regulação do acesso e integrar-se à rede de atenção à saúde do Estado, mediante a transferência de recursos financeiros destinados às despesas de Custeio Hospital Estratégico (consumo e prestação de serviços).

(c) Convênio SUS PA 7.180/17 - Execução das atividades e serviços referentes ao SUS, por intermédio da pactuação de metas quantitativas e qualitativas, em conformidade com o Plano Operativo (substituído pelo Convênio SUS/ PA 1501/2022).

5. Contas a receber de alunos e hospital

| Descrição | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Contas a receber da unidade educacional: | | |
| Contas a receber de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> | 20.220 | 45.310 |
| Contas a receber de pós-graduação <i>lato sensu</i> e extensão | 3.023 | 5.168 |
| Cheques devolvidos | 57 | 2.605 |
| Notas promissórias | 4 | 2.031 |
| Negociações de débito | 11.019 | 16.061 |
| Subtotal | 34.323 | 71.175 |
| Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa | (21.844) | (56.172) |
| | 12.479 | 15.003 |

Contas a receber da unidade hospitalar:

| | | |
|---|---------------|---------------|
| SUS | 10.840 | 11.455 |
| Convênio | 7.707 | 8.987 |
| Particular | 840 | 1.107 |
| Subtotal | 19.387 | 21.549 |
| Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa | (5.034) | (6.993) |
| | 14.353 | 14.556 |
| Total | 26.832 | 29.559 |

Classificadas como:

| | | |
|----------------|--------|--------|
| Circulante | 24.650 | 28.746 |
| Não circulante | 2.182 | 813 |

Dos valores apresentados na tabela acima, a Fundação possui débitos ajuizados, bem como débitos com levantamento judicial, conforme demonstrado na tabela abaixo:

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|----------------------------|------------------|--------------|----------------------------|------------------|--------------|
| | Contas a receber de alunos | Perdas estimadas | Líquido 2022 | Contas a receber de alunos | Perdas estimadas | Líquido 2021 |
| Débitos de serviços - Ajuizados (a) | | | | | | |
| - Escritório de cobrança | 474 | (322) | 152 | 21.327 | (18.604) | 2.723 |
| - Núcleo de cobrança FUNDASP | 1.643 | (1.443) | 200 | 1.649 | (1.066) | 583 |
| | 2.117 | (1.765) | 352 | 22.976 | (19.670) | 3.306 |
| Débitos de serviços - Levantamento judicial (b) | | | | | | |
| - Escritório de cobrança | 300 | (181) | 119 | 385 | (225) | 160 |
| - Núcleo de cobrança FUNDASP | 30 | (28) | 2 | 6 | (6) | - |
| | 330 | (209) | 121 | 391 | (231) | 160 |
| Total débitos ajuizados e levantamento judicial | 2.447 | (1.974) | 473 | 23.367 | (19.901) | 3.466 |

(a) Débitos ajuizados

A FUNDASP entrou com ações na Justiça para cobrança dos débitos que tem obrigação certa, líquida e exigível. O que pode ser feito a partir do vencimento da dívida. O devedor é notificado sobre o processo, em seguida é aberto um prazo para o pagamento da dívida ou a indicação de bens como garantia.

(b) Levantamento judicial

Os valores apresentados em levantamento judicial, são utilizadas quando há depósito e/ou bloqueio judicial aguardando levantamento de valores. Enquanto o valor não é creditado pelo Tribunal de Justiça na conta corrente da Fundasp, o processo fica nas contas caixas "RJ - Repasse Judicial". As Contas caixas, são códigos de controles vinculados aos títulos que permitem a FUNDASP realizar a identificação e controle dos status de cobrança.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

5.1. Composição por vencimento - unidade educacional:

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de alunos. As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de rolagem com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa probabilidade.

A tabela a seguir demonstra a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas para o contas a receber de alunos em 31 de dezembro de 2022:

| 31 de dezembro de 2022 | Saldo contábil bruto | Taxa média ponderada de perda estimada | | Provisão para perda esperada |
|------------------------|----------------------|--|--|------------------------------|
| | | | | |
| A vencer | 5.499 | 28,26% | | (1.554) |
| Vencidos | | | | |
| De 1 a 30 dias | 3.057 | 11,61% | | (355) |
| De 31 a 60 dias | 1.669 | 17,62% | | (294) |
| De 61 a 90 dias | 1.298 | 21,88% | | (284) |
| De 91 a 120 dias | 971 | 31,93% | | (310) |
| De 121 a 150 dias | 544 | 38,24% | | (208) |
| De 151 a 180 dias | 296 | 40,20% | | (119) |
| De 181 a 210 dias | 577 | 56,15% | | (324) |
| De 211 a 240 dias | 533 | 58,72% | | (313) |
| De 241 a 270 dias | 473 | 63,64% | | (301) |
| De 271 a 300 dias | 184 | 64,13% | | (118) |
| De 301 a 330 dias | 415 | 79,52% | | (330) |
| De 331 a 360 dias | 130 | 48,46% | | (63) |
| Mais de 360 dias | 18.677 | 92,47% | | (17.271) |
| | 34.323 | 63,64% | | (21.844) |

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos três anos.

5.2. Composição por vencimento - unidade hospitalar:

A Fundação utiliza a matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de convênios. Para o contas a receber de SUS, não são calculados provisão para perdas devido ao histórico de recuperação, inclusive dos saldos vencidos a mais de 360 dias.

| 31 de dezembro de 2022 | Saldo contábil bruto | Taxa média ponderada de perda estimada | | Provisão para perda esperada |
|------------------------|----------------------|--|--|------------------------------|
| | | | | |
| A vencer | 3.149 | 9,84% | | (310) |
| Vencidos | | | | |
| De 1 a 30 dias | 155 | 9,68% | | (15) |
| De 31 a 60 dias | 134 | 9,70% | | (13) |
| De 61 a 90 dias | 307 | 10,10% | | (31) |
| De 91 a 120 dias | 138 | 10,14% | | (14) |
| De 121 a 150 dias | 51 | 9,80% | | (5) |
| De 151 a 180 dias | 24 | 8,33% | | (2) |
| De 181 a 210 dias | 192 | 9,90% | | (19) |
| De 211 a 240 dias | 652 | 9,97% | | (65) |
| De 241 a 270 dias | 58 | 10,34% | | (6) |
| De 271 a 300 dias | 31 | 9,68% | | (3) |
| De 301 a 330 dias | 26 | 11,54% | | (3) |
| De 331 a 360 dias | 31 | 9,68% | | (3) |
| Mais de 360 dias | 14.439 | 31,48% | | (4.545) |
| | 19.387 | 25,97% | | (5.034) |

A movimentação de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa no exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

| Descrição | 2021 | Baixa | Constituição | Reversão | 2022 |
|-------------------------------|-----------------|---------------|----------------|------------|-----------------|
| Educacional: | | | | | |
| Contas a receber mensalidades | (36.298) | 22.339 | (1.513) | - | (15.472) |
| Cheques devolvidos | (2.605) | 2.554 | (2) | - | (53) |
| Notas promissórias | (2.031) | 2.031 | (2) | - | (2) |
| Negociações de débitos | (8.191) | 5.070 | (3.192) | - | (6.313) |
| FGEDUC | (7.040) | 6.442 | - | 598 | - |
| Cartão de crédito | (7) | - | - | 3 | (4) |
| | (56.172) | 38.436 | (4.709) | 601 | (21.844) |
| Hospitalar: | | | | | |
| Créditos hospitalares | (6.993) | 2.367 | (408) | - | (5.034) |
| | (63.165) | 40.803 | (5.117) | 601 | (26.878) |

| Descrição | 2020 | Constituição | Reversão | 2021 |
|-------------------------------|-----------------|----------------|------------|-----------------|
| Educacional: | | | | |
| Contas a receber da graduação | (36.842) | - | 544 | (36.298) |
| Cheques devolvidos | (2.632) | - | 27 | (2.605) |
| Notas promissórias | (2.046) | - | 15 | (2.031) |
| Negociações de débitos | (7.716) | (475) | - | (8.191) |
| FGEDUC | (5.931) | (1.109) | - | (7.040) |
| Cartão de crédito | (71) | - | 64 | (7) |
| | (55.238) | (1.584) | 650 | (56.172) |
| Hospitalar: | | | | |
| Créditos hospitalares | (5.429) | (1.564) | - | (6.993) |
| | (60.667) | (3.148) | 650 | (63.165) |

6. Bolsas restituíveis

| Descrição | 2022 | | | 2021 | | |
|--|----------------------------|------------------------------|--------------|----------------------------|------------------------------|--------------|
| | Contas a receber | Provisão para perda esperada | Líquido | Contas a receber | Provisão para perda esperada | Líquido |
| Bolsas restituíveis | 5.403 | (1.592) | 3.811 | 22.728 | (18.391) | 4.337 |
| Dos valores apresentados na tabela acima, a Fundação possui débitos ajuizados, bem como débitos com levantamento judicial de bolsas restituíveis, conforme demonstrado na tabela abaixo: | | | | | | |
| Débitos de serviços - Ajuizados (a) | 2022 | | | 2021 | | |
| | Contas a receber de alunos | Perdas estimadas | Líquido 2022 | Contas a receber de alunos | Perdas estimadas | Líquido 2021 |
| - Escritório de cobrança | - | - | - | 5.783 | (5.783) | - |
| - Núcleo de cobrança FUNDASP | 59 | (59) | - | 347 | (345) | 2 |
| | 59 | (59) | - | 6.130 | (6.128) | 2 |
| Débitos de serviços - Levantamento judicial (b) | 2022 | | | 2021 | | |
| | Contas a receber de alunos | Perdas estimadas | Líquido 2022 | Contas a receber de alunos | Perdas estimadas | Líquido 2021 |
| - Escritório de cobrança | - | - | - | 9 | (9) | - |
| | - | - | - | 9 | (9) | - |
| Total débitos ajuizados e levantamento judicial | 59 | (59) | - | 6.139 | (6.137) | 2 |

(a) Débitos ajuizados

A FUNDASP entrou com ações na Justiça para cobrança dos débitos de bolsas restituíveis, que tem obrigação certa, líquida e exigível. O que pode ser feito a partir do vencimento da dívida. O devedor é notificado sobre o processo, em seguida é aberto um prazo para o pagamento da dívida ou a indicação de bens como garantia.

(b) Levantamento judicial

Os valores apresentados de bolsas restituíveis em levantamento judicial, são utilizadas quando há depósito e/ou bloqueio judicial aguardando levantamento de valores. Enquanto o valor não é creditado pelo Tribunal de Justiça na conta corrente da Fundasp, o processo fica nas contas caixas "RJ - Repasse Judicial". As Contas caixas, são códigos de controles vinculados aos títulos que permitem a FUNDASP realizar a identificação e controle dos status de cobrança.

Bolsas restituíveis referem-se às bolsas concedidas a alunos ativos que assumiram o compromisso de devolução das mensalidades financiadas com a Fundação no prazo médio de cinco anos, iniciado um ano após sua conclusão de curso. Os pagamentos serão exigidos com base no valor das mensalidades vigentes na época da liquidação das obrigações. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3 m (i), o ajuste para as perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito da carteira de recebíveis da Fundação.

A movimentação de ajuste para créditos de liquidação duvidosa das bolsas restituíveis no exercício de 2022 está demonstrada a seguir:

| Descrição | 2021 | Baixa | Constituição | 2022 |
|---------------------|----------|--------|--------------|----------|
| Bolsas restituíveis | (18.391) | 17.033 | (234) | (1.592) |
| Descrição | 2020 | Baixa | Constituição | 2021 |
| Bolsas restituíveis | (17.629) | - | (762) | (18.391) |

7. Outros ativos

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Convênios e créditos a receber | 1.269 | 1.870 |
| Títulos a compensar | 2.790 | 1.972 |
| Adiantamentos a outras empresas | 5.956 | 8.104 |
| Outros valores a receber | 2.045 | 2.108 |
| Total | 12.060 | 14.054 |
| Circulante | 11.427 | 13.833 |
| Não circulante | 633 | 221 |

8. Aplicações financeiras em garantia de empréstimo

Referem-se as aplicações financeiras vinculadas aos contratos de empréstimos e financiamentos como para das garantias apresentadas às instituições financeiras.

9. Créditos de certificado de potencial adicional de construção

Em 19 de agosto de 2015, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDU/DEUSO 0123/2015, conforme publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. O diretor do Departamento do Uso do Solo (DEUSO) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 132 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, declarou que o imóvel situado na Rua Monte Alegre, nº 984, Distrito da Lapa, São Paulo/SP, registrado no 2º Cartório de Registro de Imóveis da Capital e tombado pela Resolução SC nº 29/2012 do Condephaat e pela Resolução nº 04/2015 do CONPRESP, dispõe de 18.037,50 m2 (dezoito mil, trinta e sete metros e cinquenta décimos quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação do terreno.

Em 12 de setembro de 2017, a Fundação obteve Declaração de Potencial Construtivo Passível de transferência, SMDUL/DEUSO 0148/17, conforme publicado no Diário Oficial



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

da Cidade de São Paulo. A Diretora do DEUSO da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL), nos termos do que dispõem os arts. 122 a 133 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, e o artigo 24 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, com base nas informações disponibilizadas no PA nº 2016-0.128.881-2, declarou que o imóvel situado à Rua Marques de Paranaguá, nº 111, Distrito da Consolação, São Paulo/SP, registrado no 5º Cartório de Registro de Imóveis da Capital, Matrícula nº 8.647, inscrito no cadastro municipal sob o SQL 010.014.0323-1 e tombado pelo Conpresp através da Resolução nº 12/2015, dispõe de 4.465,92 m² (quatro mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros e noventa e dois decímetros quadrados) de potencial construtivo passível de transferência, originado sem a doação de terreno.

Cada CEPAC equivale a determinado valor de metro quadrado para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto. Esse valor mobiliário é um título ao portador que pode ser comercializado no chamado "mercado secundário". Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo do direito remanescente está reconhecido no ativo no valor de R\$5.695 e R\$5.695, respectivamente.

10. Investimento

A Fundação São Paulo possui 1.269 cotas da Associação Cultural São Paulo, sendo: 791 subscritos; 17 adquiridos e 461 doados. Estas cotas correspondem a 63,96% do Patrimônio social da Associação. As cotas estão sendo apresentadas pelo custo histórico.

11. Imobilizado

11.1. Composição do saldo:

| Descrição | 2022 | | 2021 | |
|--------------------------------------|----------------|------------------|----------------|----------------|
| | Custo | Depreciação | Custo líquido | Custo líquido |
| Terrenos | 156.476 | - | 156.476 | 156.476 |
| Edificações | 123.488 | (45.579) | 77.909 | 81.467 |
| Máquinas e equipamentos | 25.967 | (20.031) | 5.936 | 5.551 |
| Móveis e utensílios | 12.098 | (10.658) | 1.440 | 1.388 |
| Equipamentos de informática | 24.358 | (21.232) | 3.126 | 3.439 |
| Ferramentas | 53 | (31) | 22 | 19 |
| Biblioteca | 4.833 | (4.399) | 434 | 545 |
| Instalações | 8.526 | (6.774) | 1.752 | 2.196 |
| Benfeitorias em imóveis próprios | 27.983 | (7.539) | 20.444 | 20.450 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 3.329 | (3.320) | 9 | 25 |
| Equipamentos hospitalares | 3.135 | (2.176) | 959 | 1.053 |
| Imobilizado em arrendamento | 3.942 | (3.883) | 59 | 59 |
| Instrumentos cirúrgicos | 126 | (98) | 28 | 25 |
| Veículos em uso | 1.275 | (450) | 825 | 809 |
| Enxoval hospitalar | 850 | (850) | - | - |
| Imobilizações em andamento | 774 | - | 774 | 1.349 |
| Total | 397.213 | (127.020) | 270.193 | 274.851 |

11.2. Movimentação dos custos e das depreciações acumuladas:

| | 31/12/2021 | Adições | Baixas | Transferências | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|----------------|--------------|--------------|----------------|----------------|
| Custo | | | | | |
| Terrenos | 156.476 | - | - | - | 156.476 |
| Edificações | 123.488 | - | - | - | 123.488 |
| Máquinas e equipamentos | 24.498 | 1.469 | - | - | 25.967 |
| Móveis e utensílios | 11.700 | 398 | - | - | 12.098 |
| Equipamentos de informática | 23.551 | 807 | - | - | 24.358 |
| Ferramentas | 45 | 8 | - | - | 53 |
| Biblioteca | 4.799 | 34 | - | - | 4.833 |
| Instalações | 8.423 | 103 | - | - | 8.526 |
| Benfeitorias em imóveis próprios | 26.896 | 1.087 | - | - | 27.983 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 3.329 | - | - | - | 3.329 |
| Equipamentos hospitalares | 3.072 | 63 | - | - | 3.135 |
| Imobilizado em arrendamento | 3.942 | - | - | - | 3.942 |
| Instrumentos cirúrgicos | 113 | 13 | - | - | 126 |
| Veículos em uso | 1.142 | 246 | (113) | - | 1.275 |
| Enxoval hospitalar | 850 | - | - | - | 850 |
| Imobilizações em andamento | 1.349 | 93 | (668) | - | 774 |
| Total | 393.673 | 4.321 | (781) | - | 397.213 |

| | 31/12/2021 | Adições | Baixas | Transferências | 31/12/2022 |
|--------------------------------------|------------------|----------------|--------------|----------------|------------------|
| Depreciação | | | | | |
| Edificações | (42.021) | (3.558) | - | - | (45.579) |
| Máquinas e equipamentos | (18.947) | (1.084) | - | - | (20.031) |
| Móveis e utensílios | (10.312) | (346) | - | - | (10.658) |
| Equipamentos de informática | (20.112) | (1.120) | - | - | (21.232) |
| Ferramentas | (26) | (5) | - | - | (31) |
| Biblioteca | (4.254) | (145) | - | - | (4.399) |
| Instalações | (6.227) | (547) | - | - | (6.774) |
| Benfeitorias em imóveis próprios | (6.446) | (1.093) | - | - | (7.539) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (3.304) | (16) | - | - | (3.320) |
| Equipamentos hospitalares | (2.019) | (157) | - | - | (2.176) |
| Imobilizado em arrendamento | (3.883) | - | - | - | (3.883) |
| Instrumentos cirúrgicos | (88) | (11) | 1 | - | (98) |
| Veículos em uso | (333) | (117) | - | - | (450) |
| Enxoval hospitalar | (850) | - | - | - | (850) |
| Total | (118.822) | (8.199) | 1 | - | (127.020) |
| Total líquido | 274.851 | (3.878) | (780) | - | 270.193 |

| | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Transferências | 31/12/2021 |
|--------------------------------------|----------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
| Custo | | | | | |
| Terrenos | 156.584 | - | (108) | - | 156.476 |
| Edificações | 124.072 | - | (584) | - | 123.488 |
| Máquinas e equipamentos | 22.543 | 1.955 | - | - | 24.498 |
| Móveis e utensílios | 11.585 | 115 | - | - | 11.700 |
| Equipamentos de informática | 23.123 | 428 | - | - | 23.551 |
| Ferramentas | 45 | - | - | - | 45 |
| Biblioteca | 4.787 | 12 | - | - | 4.799 |
| Instalações | 8.410 | 13 | - | - | 8.423 |
| Benfeitorias em imóveis próprios | 26.216 | 680 | - | - | 26.896 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 3.329 | - | - | - | 3.329 |
| Equipamentos hospitalares | 3.072 | - | - | - | 3.072 |
| Imobilizado em arrendamento | 3.942 | - | - | - | 3.942 |
| Instrumentos cirúrgicos | 113 | - | - | - | 113 |
| Veículos em uso | 1.107 | 8 | (234) | 261 | 1.142 |
| Enxoval hospitalar | 850 | - | - | - | 850 |
| Imobilizações em andamento | 1.475 | 209 | (74) | (261) | 1.349 |
| Total | 391.253 | 3.420 | (1.000) | - | 393.673 |

| | 31/12/2020 | Adições | Baixas | Transferências | 31/12/2021 |
|--------------------------------------|------------------|----------------|--------------|----------------|------------------|
| Depreciação | | | | | |
| Edificações | (38.674) | (3.580) | 233 | - | (42.021) |
| Máquinas e equipamentos | (17.986) | (961) | - | - | (18.947) |
| Móveis e utensílios | (9.947) | (365) | - | - | (10.312) |
| Equipamentos de informática | (19.024) | (1.088) | - | - | (20.112) |
| Ferramentas | (21) | (5) | - | - | (26) |
| Biblioteca | (4.083) | (171) | - | - | (4.254) |
| Instalações | (5.649) | (578) | - | - | (6.227) |
| Benfeitorias em imóveis próprios | (5.391) | (1.055) | - | - | (6.446) |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | (3.288) | (16) | - | - | (3.304) |
| Equipamentos hospitalares | (1.854) | (165) | - | - | (2.019) |
| Imobilizado em arrendamento | (3.883) | - | - | - | (3.883) |
| Instrumentos cirúrgicos | (76) | (12) | - | - | (88) |
| Veículos em uso | (367) | (110) | 144 | - | (333) |
| Enxoval hospitalar | (847) | (3) | - | - | (850) |
| Total | (111.090) | (8.109) | 377 | - | (118.822) |
| Total líquido | 280.163 | (4.689) | (623) | - | 274.851 |

11.3. Garantias

Partes dos terrenos e suas edificações encontram-se vinculados aos contratos de empréstimos e financiamentos como parte das garantias apresentadas às instituições financeiras. Valores em garantia (Imóvel matrícula 11.070 - R\$126.263, imóvel matrícula 168.151- R\$67.720, imóvel matrícula 171.670 - R\$97.863).



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

12. Intangível

Movimentação dos custos e das amortizações acumuladas

| | 2021 | | 2022 | |
|---|---------------|---------|-------------|--|
| | Saldo inicial | Adições | Saldo final | |
| Custo | | | | |
| Direito de uso | 2.863 | - | 2.863 | |
| Softwares | 6.217 | - | 6.217 | |
| Sistemas aplicativos | 3.061 | - | 3.061 | |
| Marcas e patentes | 38 | - | 38 | |
| Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção | 20.000 | - | 20.000 | |
| Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção | 32.550 | - | 32.550 | |
| Total | 64.729 | - | 64.729 | |
| Amortizações | | | | |
| Direito de uso | (2.651) | (124) | (2.775) | |
| Softwares | (6.109) | (76) | (6.185) | |
| Sistemas aplicativos | (3.033) | (18) | (3.051) | |
| Total | (11.793) | (218) | (12.011) | |
| Intangível líquido | 52.936 | (218) | 52.718 | |
| | 2020 | | | |
| | Saldo inicial | Adições | Saldo final | |
| Custo | | | | |
| Direito de uso | 2.863 | - | 2.863 | |
| Softwares | 6.217 | - | 6.217 | |
| Sistemas aplicativos | 3.061 | - | 3.061 | |
| Marcas e patentes | 38 | - | 38 | |
| Marca UNIFAI - Centro Universitário Assunção | 20.000 | - | 20.000 | |
| Goodwill - Incorporação Centro Universitário Assunção | 32.550 | - | 32.550 | |
| Total | 64.729 | - | 64.729 | |
| Amortizações | | | | |
| Direito de uso | (2.473) | (178) | (2.651) | |
| Softwares | (5.977) | (132) | (6.109) | |
| Sistemas aplicativos | (3.015) | (18) | (3.033) | |
| Total | (11.465) | (328) | (11.793) | |
| Intangível líquido | 53.264 | (328) | 52.936 | |

13. Propriedades para investimentos

| | |
|--|---------|
| Saldo de 31 de dezembro de 2020 | 111.164 |
| Adições | 460 |
| Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 29 | 5.391 |
| Saldo de 31 de dezembro de 2021 | 117.015 |
| Ganho decorrente da avaliação do valor justo (a) - nota 29 | 8.442 |
| Baixas | (478) |
| Saldo de 31 de dezembro de 2022 | 124.979 |

(a) Refere-se a variações positivas e/ou negativas dos valores justos dos terrenos e do edifício, conforme demonstrado no quadro abaixo:

| Descrição | 2021 | Adições/ Atualização | | 2022 |
|--|---------|----------------------|-------------|---------|
| | | (baixas) | valor justo | |
| Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961 | 9.947 | - | 1.199 | 11.146 |
| Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971 | 12.011 | - | 1.447 | 13.458 |
| Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986 | 10.742 | - | 569 | 11.311 |
| Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990 | 16.113 | - | 853 | 16.966 |
| Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083 | 56.418 | - | 3.326 | 59.744 |
| Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083 | 10.082 | - | 925 | 11.007 |
| Apartamento Imaculada Conceição, 121 - apto. 71 | 690 | - | 64 | 754 |
| Apartamento Av. São João, 1619 - apto. 21 | 184 | - | 22 | 206 |
| Apartamento Rua Dr. Cesário Mota Jr., 185 - apto. 63 | 350 | - | 37 | 387 |
| Apartamento Rua Gaivotas, 1101 - apto. 113 | 478 | (478) | - | - |
| | 117.015 | (478) | 8.442 | 124.979 |
| | | | Atualização | |
| Descrição | 2020 | Adições | valor justo | 2021 |
| Terreno - Rua Monte Alegre, nº 961 | 8.706 | - | 1.241 | 9.947 |
| Terreno - Rua Monte Alegre, nº 971 | 10.512 | - | 1.499 | 12.011 |
| Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 986 | 10.524 | - | 218 | 10.742 |
| Terreno - Rua Cardoso Almeida, nº 990 | 15.786 | - | 327 | 16.113 |
| Terreno - Rua Monte Alegre, nº 1.083 | 59.747 | - | (3.329) | 56.418 |
| Prédio - Rua Monte Alegre, nº 1.083 | 5.889 | - | 4.193 | 10.082 |
| Apartamento Imaculada Conceição, 121 - apto. 71 | - | 159 | 531 | 690 |
| Apartamento Av. São João, 1619 - apto. 21 | - | 50 | 134 | 184 |
| Apartamento Rua Dr. Cesário Mota Jr., 185 - apto. 63 | - | 106 | 244 | 350 |
| Apartamento Rua Gaivotas, 1101 - apto. 113 | - | 145 | 333 | 478 |
| | 111.164 | 460 | 5.391 | 117.015 |

Valor justo das propriedades para investimento

A Fundação adota o método de valor justo para melhor refletir o seu negócio e por entender que é a melhor informação para análise de mercado.

O valor justo dos terrenos e da edificação mencionados acima está suportado por laudos de avaliação elaborados por avaliadores independentes.

A periodicidade de avaliação a valor justo das propriedades para investimento é anual.

14. Direito de uso

A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Fundação. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 12,28% a.a., variando de acordo com o prazo de cada contrato.

A Fundação aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Fundação está razoavelmente certa de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

A Fundação apresenta os seguintes ativos de direito de uso e passivos de arrendamento:

a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens

| | |
|---|---------|
| Total de direito de uso de bens em 31/12/2020 | 9.835 |
| Remensuração | 4.458 |
| Depreciação | (2.571) |
| Total de direito de uso de bens em 31/12/2021 | 11.722 |
| Remensuração | 463 |
| Depreciação | (2.652) |
| Total de direito de uso de bens em 31/12/2022 | 9.533 |

b) Movimentação do passivo de arrendamento

| | |
|--|---------|
| Total do passivo de arrendamento em 31/12/2020 | 10.973 |
| Remensuração | 4.989 |
| Contraprestação - curto prazo | (3.615) |
| Juros pagos sobre arrendamento | (1.979) |
| Juros sobre arrendamento | 3.401 |
| Total do passivo de arrendamento em 31/12/2021 | 13.769 |
| Remensuração | 869 |
| Contraprestação - curto prazo | (3.931) |
| Juros pagos sobre arrendamento | 1.590 |
| Total do passivo de arrendamento em 31/12/2022 | 12.297 |
| Circulante | 3.154 |
| Não circulante | 9.143 |
| Pagamento estimado em 2023 | 3.154 |
| Pagamento estimado em 2024 | 3.154 |
| Pagamento estimado em 2025 | 3.154 |
| Pagamento estimado em 2026 | 2.835 |
| | 12.297 |

15. Empréstimos e financiamentos

| Instituição financeira | Natureza | Taxa de juros | 2022 | 2021 |
|------------------------|-----------------|-----------------------------|---------|---------|
| Banco do Brasil S.A. | Capital de giro | 3,53 a 3,7% a.a. + 100% CDI | 110.087 | 111.293 |
| Banco Bradesco S.A. | Capital de giro | 3,04 a 3,7% a.a. + 100% CDI | 58.184 | 42.756 |
| Banco Santander S.A. | Capital de giro | 3,66% a.a. + 100% CDI | 23.572 | 24.045 |
| Banco Safra S.A. | Capital de giro | 3,66% a.a. + 100% CDI | - | 20.134 |
| Total | | | 191.843 | 198.228 |
| Passivo circulante | | | 41.656 | 37.433 |
| Passivo não circulante | | | 150.187 | 160.795 |

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

| Instituição | Modalidade | 2021 | 2022 | Amortização de principal e juros | Encargos | 2022 |
|-----------------|-----------------|---------|--------|----------------------------------|----------|---------|
| Bradesco | Capital de giro | 42.756 | 20.000 | (11.497) | 6.925 | 58.184 |
| Santander | Capital de giro | 24.045 | - | (4.182) | 3.709 | 23.572 |
| Safra | Capital de giro | 20.134 | - | (23.764) | 3.630 | - |
| Banco do Brasil | Capital de giro | 111.293 | 20.000 | (36.922) | 15.716 | 110.087 |
| Total geral | | 198.228 | 40.000 | (76.365) | 29.980 | 191.843 |



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

| Instituição | Modalidade | Amortização de | | | | |
|--------------------|-----------------|----------------|----------------|-------------------|---------------|----------------|
| | | 2020 | Captações | principal e juros | Encargos | 2021 |
| Bradesco | Capital de giro | 24.014 | 41.000 | (25.073) | 2.815 | 42.756 |
| Santander | Capital de giro | 7.040 | 24.000 | (7.654) | 659 | 24.045 |
| Safra | Capital de giro | 17.244 | 20.000 | (18.214) | 1.104 | 20.134 |
| Banco do Brasil | Capital de giro | 98.524 | 85.000 | (80.453) | 8.222 | 111.293 |
| Rendimento | Capital de giro | 15.036 | - | (16.240) | 1.204 | - |
| Bradesco | Financ. BNDES | 31.048 | - | (33.011) | 1.963 | - |
| Santander | Financ. BNDES | 15.824 | - | (16.611) | 787 | - |
| Subtotal | | 208.730 | 170.000 | (197.256) | 16.754 | 198.228 |
| Bradesco | Saldo devedor | 18 | - | (18) | - | - |
| Santander | Saldo devedor | 40 | - | (40) | - | - |
| Subtotal | | 58 | - | (58) | - | - |
| Total geral | | 208.788 | 170.000 | (197.314) | 16.754 | 198.228 |

15.1. Composição das parcelas de longo prazo:

| Instituição financeira | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | Total |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| Banco do Brasil S.A. | 24.464 | 24.464 | 24.464 | 18.348 | 91.740 |
| Banco Bradesco S.A. | 18.374 | 18.374 | 4.146 | - | 40.894 |
| Banco Santander S.A. | 6.018 | 6.018 | 5.517 | - | 17.553 |
| Total | 48.856 | 48.856 | 34.127 | 18.348 | 150.187 |

15.2. Garantias:

As principais garantias oferecidas para pagamento dos empréstimos citados anteriormente são:

- (a) Banco Santander - contrato nº 300000017440: Aplicação Fundo DI R\$7.200;
 (b) Banco Bradesco - contrato nº 5037762: Imóvel matrícula 11.070 R\$126.263 + 25% do saldo devedor em cobrança a vencer;
 (c) Banco Bradesco - contrato nº 5933796: Aplicação em CDB R\$4.000;
 (d) Banco Brasil - contrato nº 332.003.205: Aplicação em Fundo DI R\$2.880 + imóvel matrícula 168.151 R\$49.760 + 10% do saldo devedor em cobrança a vencer;
 (e) Banco Brasil - contrato nº 332.003.352: Aplicação em Fundo DI de 9% do saldo devedor + imóvel matrícula 168.151- R\$17.960 + imóvel matrícula 171.670 R\$54.290 + 10% do saldo devedor em cobrança a vencer;
 (f) Banco Brasil - contrato nº 334.702.898: Aplicação em Fundo DI de 9% do saldo devedor + imóvel matrícula 171.670 R\$43.573 + 10% do saldo devedor em cobrança a vencer.

15.3. Indicadores financeiros a ser atendidos

Em decorrência da captação dos empréstimos anteriormente mencionados, a Fundação precisa manter índices financeiros relacionados ao EBITDA (sigla em inglês para Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization), ajustado conforme condições específicas descritas nos respectivos documentos firmados com as instituições financeiras, conforme a seguir descrito:

- Relação entre dívida financeira líquida e EBITDA AJUSTADO seja menor ou igual a 3,0, a partir do exercício de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, a Fundação manteve o atendimento aos indicadores anteriormente referidos.

16. Salários, férias e encargos sociais a pagar

| | 2022 | 2021 |
|---|---------------|---------------|
| Salários a pagar | 16.741 | 14.867 |
| Férias a pagar e encargos a recolher | 15.843 | 14.944 |
| IRRF sobre folha de pagamento | 12.471 | 10.864 |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher | 2.895 | 2.608 |
| INSS a recolher | 1.522 | 1.349 |
| Outras obrigações com pessoal | 1.053 | 486 |
| Total | 50.525 | 45.118 |

17. Tributos parcelados

| | 2022 | 2021 |
|---|----------------|----------------|
| REFIS federal (b) | 104.308 | 105.470 |
| FGTS parcelado (a) | 16.696 | 17.178 |
| PPI Municipal (c) | 2.082 | 2.497 |
| FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001 (d) | 1.011 | 1.461 |
| PERT | 350 | 365 |
| REFIS - Lei nº 11.941/2009 | - | 241 |
| Total | 124.447 | 127.212 |
| Circulante | 8.204 | 8.152 |
| Não circulante | 116.243 | 119.060 |

a) FGTS parcelado

Em 30 de março de 2000, a Fundação formalizou com a Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para os débitos de FGTS (atinentes ao depósito mensal de 8% da remuneração paga no mês anterior a cada trabalhador), englobando débitos de agosto de 1986 a fevereiro de 2000, em 180 parcelas. Esse débito fora objeto de reparcelamento, pela assinatura de novo Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em 9 de novembro de 2007, englobando débitos de outubro de 1988 a fevereiro de 2000, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2022, restavam 59 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------|---------------|---------------|
| Pagamento estimado em 2022 | - | 3.221 |
| Pagamento estimado em 2023 | 3.396 | 3.221 |
| Pagamento estimado em 2024 | 3.396 | 3.221 |
| Pagamento estimado em 2025 | 3.396 | 3.221 |
| Pagamento estimado em 2026 | 3.396 | 3.221 |
| Pagamento estimado em 2027 | 3.112 | 1.073 |
| Total | 16.696 | 17.178 |

A Fundação encontra-se adimplente com o parcelamento assumido com a Caixa Econômica Federal.

b) REFIS

O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - I) destinou-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a impostos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e pelo INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos. A Fundação possui débitos incluídos nesse programa, cuja Lei Instituidora nº 9.964/2000 foi publicada em 11 de abril de 2000, e a adesão da FUNDASP foi efetivada em 29 de abril de 2000.

Conforme previsto na legislação do REFIS-I, a Fundação recolheu mensalmente o valor mínimo correspondente a 0,3% (três décimos por cento) de seu faturamento bruto do mês imediatamente anterior a título de pagamento do parcelamento especial. O saldo devedor é atualizado mensalmente por meio da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A partir de janeiro de 2015, o recolhimento passou a ser feito no montante de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) desse faturamento. Conforme proposta da Receita Federal do Brasil, a partir de julho de 2015, iniciou-se uma nova sistemática de cálculo das parcelas, apuradas da seguinte forma: saldo devedor no mês dividido pela quantidade de meses restantes para se completar 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$266.

Nessa mesma ocasião (agosto/2015), foi recolhida a diferença apurada entre junho de 2014 e junho de 2015, no montante de R\$1.036.

Assim, a partir de julho de 2015, estabeleceu-se que o critério para cálculo das parcelas deverá seguir a sistemática proposta pela Receita Federal, da seguinte forma: saldo devedor constante do Extrato atualizado da Conta do REFIS no respectivo mês dividido pelo número de meses restantes para se completar 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$266. A partir de agosto de 2016, por força do atual cenário econômico brasileiro, com constantes elevações da Taxa de Juros de Longo Prazo (adotada nesse parcelamento) aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, ficou definido que, quando o cálculo acima resultar em parcela com valor menor do que a TJLP do respectivo mês, a Fundação realizará o pagamento de valor equivalente a R\$3,00 (três reais) acima dos juros lançados na Conta REFIS, para que se configure a efetiva amortização do saldo devedor principal da dívida.

A perspectiva de desembolso financeiro para os próximos exercícios, tomando como base a média de pagamento dos últimos dois exercícios, encontra-se demonstrada a seguir:

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------|----------------|----------------|
| Pagamento estimado em 2022 | - | 3.760 |
| Pagamento estimado em 2023 | 3.839 | 3.760 |
| Pagamento estimado em 2024 | 3.839 | 3.761 |
| Pagamento estimado em 2025 | 3.840 | 3.761 |
| Pagamento estimado em 2026 | 3.840 | 3.761 |
| Pagamento estimado em 2027 | 3.840 | 3.761 |
| Pagamento estimado após 2027 | 85.110 | 82.906 |
| Total | 104.308 | 105.470 |

Todas as exigências previstas na legislação do REFIS-I para manutenção desse parcelamento especial estão sendo cumpridas pela Fundação.

c) PPI Municipal

A Fundação aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) da Prefeitura do Município de São Paulo em dezembro de 2015, para pagamento de IPTU relativo aos exercícios de 1991, 1994, 1995 e 1998, Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos dos exercícios de 2011, 2012 e 2013 e Multa de Postura Municipal referente ao exercício de 2014, em que o saldo foi dividido em 120 parcelas corrigidas mensalmente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Em 31 de dezembro de 2022, restavam 35 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Pagamento estimado em 2022 | - | 638 |
| Pagamento estimado em 2023 | 714 | 638 |
| Pagamento estimado em 2024 | 714 | 638 |
| Pagamento estimado em 2025 | 654 | 583 |
| Total | 2.082 | 2.497 |

d) FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/2001

A Fundação formalizou também com a Caixa Econômica Federal, em 14 de novembro de 2007, outro Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento das Contribuições Sociais da Lei Complementar nº 110/2001 (10% sobre o montante dos depósitos na dispensa sem justa causa e 0,5% sobre a remuneração devida a cada trabalhador), englobando débitos de janeiro de 2002 a abril de 2005, em 240 parcelas.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2022, restavam 59 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

| | 2022 | 2021 |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Pagamento estimado em 2022 | - | 247 |
| Pagamento estimado em 2023 | 205 | 247 |
| Pagamento estimado em 2024 | 206 | 247 |
| Pagamento estimado em 2025 | 206 | 247 |
| Pagamento estimado em 2026 | 206 | 247 |
| Pagamento estimado em 2027 | 188 | 226 |
| Total | 1.011 | 1.461 |

18. Mensalidades antecipadas

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Mensalidades antecipadas | 14.335 | 16.004 |
| Outras receitas antecipadas | 2.811 | 1.739 |
| Total | 17.146 | 17.743 |

Nesta rubrica, são registrados os valores dos planos de pagamento do curso em prazo inferior à sua duração, somados às antecipações de matrículas para cursos que se iniciam no ano seguinte daqueles alunos que escolheram pagar o curso em tempo inferior ao de sua duração.

19. Processos judiciais a pagar

| | 2022 | 2021 |
|--|--------------|---------------|
| Acordo judicial - diferenças salariais (*) | 9.736 | 12.503 |
| Outros acordos judiciais | 192 | 2.732 |
| Total | 9.928 | 15.235 |

Classificado como:

| | | |
|----------------|-------|-------|
| Circulante | 4.519 | 6.579 |
| Não circulante | 5.409 | 8.656 |

(*) Esses valores se referem ao acordo celebrado pela Fundação com o SINPRO-SP, em abril de 2015. A Fundação celebrou esse acordo judicial na Reclamação Trabalhista nº 00009253420105020076 cujo objeto eram diferenças salariais, devidas pela não aplicação de dissídio coletivo relativo ao ano de 2005. Em 31 de dezembro de 2022, restavam 27 parcelas a ser pagas pela Fundação.

19.1. Movimentação

| | 2021 | Adições | Pagamentos | 2022 |
|--------------------------|---------------|--------------|-----------------|---------------|
| Acordo judicial | 12.503 | 1.399 | (4.167) | 9.735 |
| Outros acordos judiciais | 2.732 | 1.347 | (3.887) | 192 |
| Total | 15.235 | 2.746 | (8.054) | 9.927 |
| | 2020 | Adições | Pagamentos | 2021 |
| Acordo judicial | 15.197 | 1.063 | (3.757) | 12.503 |
| Outros acordos judiciais | 1.977 | 7.793 | (7.038) | 2.732 |
| Total | 17.174 | 8.856 | (10.795) | 15.235 |

20. Outras contas a pagar

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|---------------|--------------|
| Aluguéis antecipados (a) | 7.914 | 4.720 |
| Recursos de projetos em execução (b) | 700 | 1.016 |
| Mensalidades a restituir | 311 | 354 |
| Valores a repassar | 921 | 691 |
| Contratos de permuta | 77 | 65 |
| Outros valores a pagar | 1.997 | 1.356 |
| Total | 11.920 | 8.202 |

Classificado como:

| | | |
|----------------|-------|-------|
| Circulante | 4.006 | 3.482 |
| Não circulante | 7.914 | 4.720 |

(a) Recursos recebidos de forma antecipadas, referente locação de espaço físico locados aos Bancos Bradesco e Santander, período de 2023 a 2026.

(b) Esses valores são provenientes da entrada de recursos financeiros e que possuem obrigação condicionada, por isso precisam obrigatoriamente ser confrontados com as despesas.

21. Provisões para riscos judiciais

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras.

A Administração, com base em informações transmitidas pelos escritórios terceirizados que prestam serviços advocatícios e patrocinam as ações em que a Fundação é parte, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos semelhantes, constituiu provisão para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, conforme segue:

| | 2022 | 2021 |
|------------------|-----------------|--------------------------|
| Descrição | Provisão | Depósito judicial |
| Cíveis | 1.405 | (83) |
| Trabalhistas | 13.446 | (1.690) |
| Total | 14.851 | (1.773) |
| | Líquido | Líquido |
| | 1.322 | 1.220 |
| | 11.756 | 9.033 |
| | 13.078 | 10.253 |

21.1. Movimentação

| | 2021 | Adições | Reversões | Baixa | 2022 |
|---------------------|---------------|--------------|----------------|--------------|---------------|
| Cíveis | 1.303 | 253 | (151) | - | 1.405 |
| Trabalhistas | 12.446 | 2.213 | (1.212) | - | 13.447 |
| Subtotal | 13.749 | 2.466 | (1.363) | - | 14.852 |
| Depósitos judiciais | (3.496) | (1) | 212 | 1.511 | (1.774) |
| Total | 10.253 | 2.465 | (1.151) | 1.511 | 13.078 |

| | 2020 | Adições | Reversões | Baixa | 2021 |
|---------------------|--------------|--------------|----------------|--------------|---------------|
| Cíveis | 1.466 | 434 | (597) | - | 1.303 |
| Trabalhistas | 15.845 | 5.595 | (5.699) | (3.295) | 12.446 |
| Subtotal | 17.311 | 6.029 | (6.296) | (3.295) | 13.749 |
| Depósitos judiciais | (11.977) | (45) | 649 | 7.877 | (3.496) |
| Total | 5.334 | 5.984 | (5.647) | 4.582 | 10.253 |

Em 31 de dezembro de 2022, a Fundação era parte em 212 processos judiciais em andamento, na condição de ré, sendo: 140 ações cíveis, 123 ações trabalhistas e 5 de natureza tributária/fiscal.

21.2. Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$13.446 (R\$12.446 em 2021). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$1.690 (R\$3.413 em 2021).

As reclamações trabalhistas versam, principalmente, sobre casos de pagamento de diferenças salariais, reintegrações, horas extras, indenizações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais nas suas atividades. Da composição de 123 processos trabalhistas (128 em 2021) mencionados anteriormente, 42 (36 em 2021) deles foram considerados como de risco de perda provável e 22 como possível (34 em 2021), conforme demonstrados a seguir:

| | 2022 | | 2021 | |
|----------------|------------|---------------|------------|---------------|
| Risco de perda | Quantidade | R\$ | Quantidade | R\$ |
| Provável | 42 | 13.446 | 36 | 12.446 |
| Possível | 22 | 6.194 | 34 | 6.799 |
| Total | 64 | 19.640 | 70 | 19.245 |

21.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2022, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R\$1.405 (R\$1.303 em 2021). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$83 (R\$83 em 2021).

As ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto: realização de matrículas; declaração de inexigibilidade de débitos de mensalidades; indenizações por cobranças indevidas ou inclusão nos órgãos de proteção ao crédito; entre outros. Adicionalmente, as ações em que o HSL, mantido pela FUNDASP, é parte versam, principalmente, sobre indenizações por alegados erros médicos.

Da composição de 140 ações cíveis mencionadas anteriormente, 28 delas foram consideradas como de risco de perda provável (35 em 2021) e 104 como possível (87 em 2021), conforme demonstradas a seguir:

| | 2022 | | 2021 | |
|----------------|------------|---------------|------------|---------------|
| Risco de perda | Quantidade | R\$ | Quantidade | R\$ |
| Provável | 28 | 1.405 | 35 | 1.303 |
| Possível | 104 | 12.366 | 87 | 11.442 |
| Total | 132 | 13.771 | 122 | 12.745 |

22. Patrimônio líquido

Em uma eventual extinção da Fundação, o seu patrimônio remanescente será destinado à outra fundação que tenha a mesma finalidade ou semelhante ao dessa Fundação; no caso de recusa, tal destinação será feita à fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ou, ainda, à fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com a decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social, artigo 39, § 2º).

a) Patrimônio social

O patrimônio social é composto pelos valores de formação da Fundação, valores de doações e subvenções, com o objetivo de destiná-los às atividades objeto da Fundação, complementados pelos superávits e déficits acumulados.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui a reserva de reavaliação realizada em anos anteriores, o ajuste por adoção do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição e a disponibilização de alguns terrenos e edifício para fins de renda e valorização, que foram avaliados e estão demonstrados a valor justo.

Os valores registrados nesta rubrica são reclassificados para patrimônio social, proporcionalmente à depreciação dos ativos a que elas se referem.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

23. Informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, que possibilita deliberações com base nessas estruturas, representados por: segmento de Educação e segmentos hospitalar.

Os ativos e passivos por segmento não estão apresentados, em linha com o CPC 22, em virtude destas informações não serem apresentadas de forma regular ao principal tomador de decisões operacionais.

| | 2022 | | 2021 | | | |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | Educação | Hospit- talar | Conso- lidado | Educação | Hospit- talar | Conso- lidado |
| Receita operacional bruta | | | | | | |
| Receita com mensalidade | 585.691 | - | 585.691 | 567.335 | - | 567.335 |
| Receita com assistência médico-hospitalar | - | 17.340 | 17.340 | - | 17.339 | 17.339 |
| Receita com subvenções e doações | 2.048 | 40.675 | 42.723 | 2.014 | 39.217 | 41.231 |
| Outras receitas | 14.888 | 938 | 15.826 | 12.892 | 2.283 | 15.175 |
| | 602.627 | 58.953 | 661.580 | 582.241 | 58.839 | 641.080 |
| Deduções | | | | | | |
| Bolsa de estudo filantrópica | (71.090) | - | (71.090) | (66.869) | - | (66.869) |
| Bolsa de estudo sociais | (58.174) | - | (58.174) | (61.391) | - | (61.391) |
| Abatimentos concedidos sobre mensalidades | (52) | - | (52) | (65) | - | (65) |
| | (129.316) | - | (129.316) | (128.325) | - | (128.325) |
| Receita operacional líquida | 473.311 | 58.953 | 532.264 | 453.916 | 58.839 | 512.755 |
| Custos com serviços prestados | | | | | | |
| Custos diretos e indiretos com atividades de ensino | (234.229) | (131) | (234.360) | (229.605) | (51) | (229.656) |
| Custos diretos e indiretos com atividades hospitalares | (106) | (40.017) | (40.123) | (107) | (39.496) | (39.603) |
| Outros custos | (1.103) | - | (1.103) | (184) | - | (184) |
| | (235.438) | (40.148) | (275.586) | (229.896) | (39.547) | (269.443) |
| Superavit bruto | 237.873 | 18.805 | 256.678 | 224.020 | 19.292 | 243.312 |
| Receitas (despesas) operacionais | | | | | | |
| Salários, férias e encargos sociais | (101.808) | (31.968) | (133.776) | (98.068) | (30.257) | (128.325) |
| Gerais e administrativas | (24.267) | (5.654) | (29.921) | (16.458) | (5.049) | (21.507) |
| Despesas com serviços de terceiros | (28.068) | (4.802) | (32.870) | (30.076) | (4.960) | (35.036) |
| Provisão de créditos de liquidação duvidosa e glosas | (4.402) | (348) | (4.750) | (3.260) | - | (3.260) |
| Provisão para processos e contingências judiciais | (3.849) | - | (3.849) | (8.589) | - | (8.589) |
| Depreciações e amortizações | (10.901) | (167) | (11.068) | (10.828) | (180) | (11.008) |
| Pesquisas e desenvolvimento científico | (1.827) | - | (1.827) | (2.158) | - | (2.158) |
| Outras (despesas) receitas, líquidas | 2.090 | (339) | 1.751 | 1.194 | (72) | 1.122 |
| | (173.032) | (43.278) | (216.310) | (168.243) | (40.518) | (208.761) |
| Superávit/déficit operacional antes do resultado financeiro | 64.841 | (24.473) | 40.368 | 55.777 | (21.226) | 34.551 |
| Resultado Financeiro | | | | | | |
| Receitas financeiras | 23.394 | 442 | 23.836 | 14.485 | 561 | 15.046 |
| Despesas financeiras | (51.890) | (334) | (52.224) | (42.358) | (623) | (42.981) |
| | (28.496) | 108 | (28.388) | (27.873) | (62) | (27.935) |
| Resultado do exercício | 36.345 | (24.365) | 11.980 | 27.904 | (21.288) | 6.616 |

24. Receita operacional líquida

A Fundação gera receita principalmente pelas atividades educacionais desenvolvidas, entre outras, nos cursos de graduação, pós-graduação e de educação executiva. Outras receitas incluem cursos customizados, inscrição no vestibular, emissão de carteirinha, diplomas e certificados. Além de receitas dos serviços médico-hospitalares. Abaixo apresentamos a conciliação entre as receitas brutas e as receitas apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

| | 2022 | 2021 |
|--|------------------|------------------|
| Receita da unidade educacional | | |
| Mensalidades, taxas e inscrições - Graduação | 435.294 | 413.603 |
| Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>stricto sensu</i> | 122.234 | 119.691 |
| Mensalidades, taxas e inscrições - Pós-graduação <i>lato sensu</i> | 19.981 | 24.209 |
| Mensalidades, taxas e inscrições - Extensão | 4.854 | 6.795 |
| Mensalidades, taxas e inscrições - Deric | 3.328 | 3.048 |
| Subsídio público | 1.817 | 1.817 |
| Outras receitas | 15.119 | 13.078 |
| | 602.627 | 582.241 |
| Deduções da receita educacional | | |
| Bolsas de estudo filantrópicas | (71.076) | (66.869) |
| Bolsas de estudo assistenciais | (58.174) | (61.391) |
| Abatimentos e descontos concedidos sobre mensalidades | (66) | (65) |
| | (129.316) | (128.325) |
| Receita operacional líquida - Unidade educacional | 473.311 | 453.916 |
| Assistência médico-hospitalar | | |
| SUS | 36.319 | 33.902 |
| Convênios | 10.758 | 10.569 |
| Particular - PF | 5.578 | 6.791 |
| Subsídio público | 5.360 | 5.294 |
| Outros | 938 | 2.283 |
| Receita operacional líquida - Unidade hospitalar | 58.953 | 58.839 |
| Receita operacional líquida - Total | 532.264 | 512.755 |
| <i>Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita</i> | | |

| Tipo de produto | Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativos | Reconhecimento da receita conforme o CPC47/IFRS 15 |
|--|--|--|
| Prestação de serviços educacionais | O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares, no momento da prestação de serviço. | Vide Nota Explicativa nº 3.c (a) |
| Prestação de serviços médico-hospitalar | Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O cliente obtém o controle das receitas com a prestação de serviço e atendimento de pacientes de convênios, SUS, particulares e outras prestações de serviços voltados para a assistência dessas atividades. Os contratos com convênios e operadoras de planos de saúde permitem ao cliente a recusa parcial ou total da fatura (glosa), por considerar sua cobrança indevida, por erro ou omissão de alguma informação nas fichas de atendimento ou pedido de pagamento. Essas perdas são mensuradas pela Fundação com base em históricos recentes e descontadas da receita de prestação de serviços. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. | Vide Nota Explicativa nº 3.c (c) |

25. Custos diretos educacionais e hospitalares

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Unidade educacional: | | |
| Custos educacionais - Graduação e pós-graduação | (228.326) | (223.224) |
| Custos com cursos extracurriculares | (6.033) | (6.433) |
| Outros custos | (1.108) | (192) |
| | (235.467) | (229.849) |
| Unidade hospitalar: | | |
| Custos - Materiais hospitalares | (18.429) | (18.193) |
| Custos com serviços hospitalares | (21.690) | (21.401) |
| | (40.119) | (39.594) |
| Total | (275.586) | (269.443) |



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

26. Despesas com pessoal

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------|------------------|------------------|
| Salários e ordenados | (89.883) | (89.159) |
| Férias e 13º salário | (18.798) | (17.182) |
| FGTS | (8.542) | (8.044) |
| Assistência médica | (7.703) | (7.314) |
| Aviso prévio e indenizações | (2.611) | (1.800) |
| Outras despesas com pessoal | (6.239) | (4.826) |
| Total | (133.776) | (128.325) |

27. Despesas gerais e administrativas

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Água, gás, energia elétrica e telecomunicações | (8.762) | (6.253) |
| Materiais (a) | (7.277) | (5.766) |
| Aluguéis (b) | (2.763) | (2.842) |
| Expediente e gerais | (4.916) | (2.057) |
| Impostos e taxas | (952) | (625) |
| Outras despesas | (5.251) | (3.964) |
| Total | (29.921) | (21.507) |

(a) Referem-se a gastos com materiais de consumo diário da Fundação, tais como materiais de escritório, higiene e limpeza, copa e cozinha, didáticos, entre outros.

(b) Referem-se a gastos com aluguéis que estão fora do escopo do IFRS 16 - arrendamentos: despesas com aluguéis de imóveis.

28. Despesas com serviços de terceiros

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Segurança e limpeza | (14.939) | (16.960) |
| Serviços de assessoria e consultoria jurídica e administrativa | (4.616) | (6.400) |
| Publicidade e propaganda | (3.983) | (3.245) |
| Manutenção e reparos | (5.990) | (5.640) |
| Serviços administrativos | (878) | (768) |
| Autônomos contratados e estagiários | (644) | (407) |
| Outras despesas com serviços | (1.820) | (1.616) |
| Total | (32.870) | (35.036) |

29. Outras receitas e outras despesas, líquidas

| | 2022 | 2021 |
|---|--------------|--------------|
| Outras receitas: | | |
| Desvalorização de ativo | - | 2.168 |
| Propriedade para investimento - Atualização de valor de mercado (nota 12) | 8.442 | 5.391 |
| Valoração de trabalhos voluntários | 20 | 19 |
| Outras receitas operacionais | 198 | 411 |
| | 8.660 | 7.989 |

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------------|----------------|----------------|
| Outras despesas: | | |
| Inexistibilidade | (223) | (119) |
| Anistia de débito | (49) | (4) |
| Remensuração arrendamento | (406) | 26 |
| Valoração de trabalhos voluntários | (20) | (19) |
| Outras despesas operacionais | (6.211) | (6.751) |
| | (6.909) | (6.867) |
| | 1.751 | 1.122 |

30. Resultado financeiro

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Receitas com atualizações de mensalidades e bolsas | 10.294 | 9.334 |
| Receitas com aplicações financeiras | 12.911 | 4.820 |
| Receitas financeiras de ensino e hospitalares | 335 | 180 |
| Outras receitas financeiras | 296 | 712 |
| | 23.836 | 15.046 |

| | 2022 | 2021 |
|---|-----------------|-----------------|
| Despesas financeiras: | | |
| Despesas com cobranças bancárias | (707) | (850) |
| Juros sobre empréstimos e financiamentos | (29.980) | (16.754) |
| Encargos sobre tributos e parcelamentos | (3.215) | (3.480) |
| Descontos concedidos sobre financiamentos de mensalidades | (15.211) | (18.526) |
| Despesa com arrendamento mercantil | (1.590) | (1.979) |
| Outras despesas bancárias | (1.521) | (1.392) |
| | (52.224) | (42.981) |
| Resultado financeiro líquido | (28.388) | (27.935) |

31. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral.

A Fundação possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de taxa de juros.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos de mensuração, e o gerenciamento de riscos e de capital da Fundação.

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) *Risco de crédito*

É o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um devedor ou contraparte em instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação, representados principalmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de alunos e hospital e bolsas restituíveis.

Exposição ao risco de crédito.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco de crédito nas datas de encerramento dos exercícios é:

| | Nota Explicativa nº | 2022 | 2021 |
|--|---------------------|----------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 78.453 | 93.967 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 4 | 8.336 | 4.915 |
| Contas a receber de alunos e hospital-Circulante | 5 | 24.650 | 28.746 |
| Contas a receber de alunos e hospital-não Circulante | 5 | 2.182 | 813 |
| Bolsas restituíveis/FIES - Circulante | 6 | 3.811 | 4.337 |
| Aplicações financeiras (garantia de empréstimos) | 8 | 24.951 | - |
| Total | | 142.383 | 132.778 |

• Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras - A política de gestão de risco corporativo determina que a Fundação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas de mitigação de risco. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos pela Fundação. A Fundação possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazos, que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

• Contas a receber de alunos, hospital e bolsas restituíveis - O risco de crédito é, principalmente, gerenciado pela renovação das matrículas semestralmente, momento em que os débitos são quitados e/ou renegociados. Não há concentração de risco de crédito no modelo de negócios, sendo a carteira pulverizada e formada principalmente por pessoas físicas. Em 31 de dezembro de 2022, a Fundação possuía provisão de R\$ 21.844 sobre as contas a receber de alunos (63,64% do total), R\$5.034 sobre os créditos hospitalares (25,97% do total) e R\$1.592 sobre as bolsas restituíveis (29,47%) para fazer face ao risco de crédito.

b) *Risco de liquidez*

É o risco em que a Fundação encontrará dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

| | Valor contábil | 6 meses ou menos | 6-12 meses | 1-2 anos | 2-5 anos | Mais de 5 anos |
|---|----------------|------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 191.843 | 17.228 | 24.428 | 48.856 | 101.331 | - |
| Fornecedores | 13.473 | 13.473 | - | - | - | - |
| Total | 205.316 | 30.701 | 24.428 | 48.856 | 101.331 | - |
| | | | | | | |
| Passivos financeiros não derivativos | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 198.228 | 15.180 | 22.253 | 51.458 | 109.337 | - |
| Fornecedores | 13.135 | 13.135 | - | - | - | - |
| Total | 211.363 | 28.315 | 22.253 | 51.458 | 109.337 | - |



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

c) *Risco de taxa de juros*

Nas datas de encerramento dos exercícios, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Fundação era:

| | 2022 | 2021 |
|--------------------------------------|-----------|-----------|
| Instrumentos de taxa variável | | |
| Ativos financeiros: | | |
| Aplicações financeiras | 77.132 | 93.967 |
| Aplicações financeiras vinculadas | 8.336 | 4.915 |
| Aplicações financeiras em garantia | 24.951 | - |
| Passivos financeiros: | | |
| Empréstimos e financiamentos | (191.843) | (198.228) |
| Total | (81.424) | (99.346) |

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Fundação mantém parcela substancial das suas disponibilidades em determinadas operações indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2022, a Fundação apresentava uma dívida líquida de R\$80.103 (R\$99.346 em 31 de dezembro de 2021).

A expectativa de mercado, conforme dados retirados do Banco Central do Brasil (Bacen), com data-base de 31 de dezembro de 2022, indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 13,43%, cenário provável para o ano de 2023, mediante a taxa efetiva de 12,39% verificada no ano de 2022.

| | Cenário I - Cenário provável | Cenário II - Deterioração de 25% | Cenário II - Deterioração de 50% |
|--|------------------------------------|--|--|
| Taxa efetiva anual do CDI de 2022 | 12,39% | 12,39% | 12,39% |
| Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022 | 80.103 | 80.103 | 80.103 |
| Taxa anual estimada do CDI | 13,43% | 16,79% | 20,15% |
| Efeito no instrumento financeiro: | | | |
| Diminuição/(aumento) | 833 | 3.523 | 6.212 |

d) *Estimativa do valor justo*

A Fundação divulga seus ativos e passivos ao valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo e estrutura de mensuração do valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e práticas e requerem determinadas divulgações sobre o valor justo.

e) *Estimativa do valor justo*

e.1) Valor justo versus valor contábil

Devido à natureza dos saldos, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de instrumentos financeiros da Fundação estejam próximos aos seus valores contábeis.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

| | Valor contábil | | |
|---|---|---------------------|-----------------------------------|
| | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Outros passivos financeiros |
| | | | Total |
| Em 31 de dezembro de 2022 | | | |
| Ativos financeiros não mensurados ao valor justo | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos | 78.453 | - | 78.453 |
| Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras | 8.336 | - | 8.336 |
| Aplicações financeiras (garantia de empréstimos) | 24.951 | - | 24.951 |
| Contas a receber de alunos e hospital | - | 26.832 | 26.832 |
| Bolsas restituíveis/FIES | - | 3.811 | 3.811 |
| Certificado de potencial construtivo a receber | - | 5.695 | 5.695 |
| Outras ativos | - | 12.060 | 12.060 |
| | <u>111.740</u> | <u>48.398</u> | <u>160.138</u> |
| Passivos financeiros não mensurados ao valor justo | | | |
| Empréstimos e financiamentos | - | 191.843 | 191.843 |
| Fornecedores | - | 13.497 | 13.497 |
| Tributos parcelados | - | 124.447 | 124.447 |
| | <u>-</u> | <u>329.787</u> | <u>329.787</u> |

Em 31 de dezembro de 2021

Ativos financeiros não mensurados ao valor justo

| | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Outros passivos financeiros | Total |
|---|---|---------------------|-----------------------------------|----------------|
| Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos | 93.967 | - | - | 93.967 |
| Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras | 4.915 | - | - | 4.915 |
| Contas a receber de alunos e hospital | - | 29.559 | - | 29.559 |
| Bolsas restituíveis/FIES | - | 4.337 | - | 4.337 |
| Certificado de potencial construtivo a receber | - | 5.695 | - | 5.695 |
| Outras ativos | - | 14.054 | - | 14.054 |
| | <u>98.882</u> | <u>53.645</u> | <u>-</u> | <u>152.527</u> |

Passivos financeiros não mensurados ao valor justo

| | Valor justo por meio do resultado | Custo amortizado | Outros passivos financeiros | Total |
|------------------------------|---|---------------------|-----------------------------------|----------------|
| Empréstimos e financiamentos | - | 198.228 | - | 198.228 |
| Fornecedores | - | 13.135 | - | 13.135 |
| Tributos parcelados | - | 126.746 | - | 126.746 |
| | <u>-</u> | <u>338.109</u> | <u>-</u> | <u>338.109</u> |

e.2) Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores esteja próximo aos seus valores contábeis. Para mensuração e determinação do valor justo, a Fundação utiliza vários métodos, incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo. Com base nessas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes às entradas (inputs) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmadas pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis, e essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia. Os ativos e passivos financeiros registrados ao valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem, ou cujos preços ou cujas técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível, a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva. Os instrumentos financeiros da Fundação são todos classificados no nível 2.

32. Cobertura de seguros

A Fundação adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que cubram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por valores de risco declarados de R\$402.650 para cobertura dos edifícios, R\$184.395 para conteúdo (máquinas, equipamentos, móveis, utensílios e instalações, entre outros) e R\$132.625 relativos aos limites máximos de garantia para cobertura básica de incêndio, raio e explosão.

33. Gratuidade por meio de bolsas de estudo e projetos

Uma das principais exigências para manutenção do CEBAS, principal requisito para fruição da imunidade às contribuições para a seguridade social pela Fundação, é o cumprimento do percentual de gratuidade previsto na Lei Complementar nº 187/2021, de 16 de dezembro de 2021.

A legislação prevê a concessão de uma bolsa integral para cada cinco alunos pagantes, sendo que o aluno beneficiado deverá ser selecionado pelo perfil socioeconômico. A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário-mínimo e a bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários-mínimos.

No ano de 2022, a Fundação aplicou em gratuidade percentuais superiores a 20% (um bolsista para cinco pagantes), visando cumprir a gratuidade exigida pela Lei Complementar nº 187/2021, conforme evidenciado no quadro 1.



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

• Quadro 1 - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei Complementar nº 187/2021:

| Ano-base de 2022 | Junho/ Dezembro/ | |
|--|------------------|---------------|
| | 2022 | 2022 |
| Número de alunos matriculados | 11.190 | 10.597 |
| Número de alunos pagantes | 8.695 | 8.156 |
| Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 50% | 16 | 11 |
| Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 100% | 1.252 | 1.199 |
| Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 50% | 122 | 123 |
| Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 100% | 418 | 440 |
| Número de alunos bolsistas graduação - MÉRITO ACADEMICO 100% | 1 | - |
| Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 50% | 16 | 21 |
| Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 100% | 73 | 78 |
| Número de alunos bolsistas DERDIC 100% | 77 | 78 |
| Bolsas integrais "100%" concedidas | 1.821 | 1.795 |
| Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%" | 77 | 78 |
| Total de alunos bolsistas "filantrópicos" | 1.898 | 1.873 |
| Relação com alunos pagantes | 21,83% | 22,96% |

Em dezembro de 2022, a instituição ofertou uma bolsa de estudos de 100% para cada 4,4 alunos pagantes.

• Quadro 2 - Relação de alunos pagantes versus alunos bolsistas "filantrópicos", de acordo com os critérios definidos na Lei nº 12101/2009:

| Ano-base de 2021 | Junho/ Dezembro/ | |
|--|------------------|---------------|
| | 2021 | 2021 |
| Número de alunos matriculados | 12.133 | 11.175 |
| Número de alunos pagantes | 8.828 | 8.456 |
| Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 50% | 18 | 16 |
| Número de alunos bolsistas graduação- PROUNI 100% | 1.425 | 1.322 |
| Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 50% | 89 | 94 |
| Número de alunos bolsistas graduação- FUNDASP 100% | 401 | 426 |
| Número de alunos bolsistas graduação - MÉRITO ACADEMICO 100% | 1 | 1 |
| Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 50% | - | 12 |
| Número de alunos bolsistas pós-graduação- FUNDASP 100% | 45 | 56 |
| Número de alunos bolsistas DERDIC 100% | 77 | 73 |
| Bolsas integrais "100%" concedidas | 1.949 | 1.878 |
| Bolsas concedidas 50% "equivalente a 100%" | 54 | 61 |
| Total de alunos bolsistas "filantrópicos" | 2.003 | 1.939 |
| Relação com alunos pagantes | 22,69% | 22,93% |

Apresentamos no quadro abaixo o detalhamento do cálculo do valor efetivamente recebido:

• Quadro 3 - Demonstrativo do valor efetivamente recebido

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Curto prazo | 14.189 | 16.740 |
| Saldo inicial de valores a receber (alunos) - Longo prazo | 813 | 1.070 |
| Receitas de mensalidades - Graduação | 436.297 | 413.602 |
| Receitas de mensalidades - Pós-graduação | 122.234 | 119.692 |
| Receitas de mensalidades - Deric | 3.328 | 3.048 |
| Receitas de mensalidades - Educação continuada | 28.065 | 31.003 |
| Bolsas de estudos concedidas | (129.250) | (128.260) |
| Descontos por pagamento antecipado das mensalidades de graduação | (12.060) | (13.331) |
| Abatimentos sobre mensalidades | (4.299) | (3.528) |
| Saldo final de valores a receber (alunos) - Curto prazo | 9.350 | 14.189 |
| Saldo final de valores a receber (alunos) - Longo prazo | 2.902 | 813 |
| Valor efetivamente recebido | 447.065 | 425.034 |

Com relação ao valor equivalente à cota patronal isenta, a mesma está demonstrada no quadro abaixo:

• Quadro 4 - Isenção usufruída

| | 2022 | 2021 |
|---|---------------|---------------|
| Valor total da isenção usufruída | 80.965 | 77.216 |
| Cota patronal | 63.334 | 60.858 |
| SAT - seguro acidente de trabalho | 3.346 | 2.974 |
| Terceiros | 14.285 | 13.384 |
| COFINS - contribuição para o financiamento da seguridade social | - | - |
| CSLL - contribuição social sobre o lucro líquido | - | - |

Destacamos que a Fundação manteve suas atividades na área de assistência social durante o exercício de 2022.

No que tange às atividades de saúde desempenhadas no HSL, mantido pela Fundação e em se tratando do regimento que envolve o CEBAS, os atendimentos são feitos no âmbito do Sistema Único de Saúde, garantindo-se cumprimento de, no mínimo, 60% dos serviços SUS.

Em 2022, com base nos atendimentos/procedimentos ambulatoriais e internações registrados em nosso sistema de informações, garantimos o cumprimento de 80,6% de serviços SUS prestados, sendo 83% correspondentes à produção hospitalar e 69% correspondente à produção ambulatorial.

Os valores mencionados fazem parte das demonstrações de resultados e têm sua apuração pelo método de apropriação por centro de custo e registro de receitas.

Em 2020, a Fundação obteve o deferimento dos processos de renovação de sua condição filantrópica concedidos pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES do Ministério da Educação, cujos Certificados (CEBAS), de 2013 a 2018, foram publicados no DOU de 12/11/2020, por meio das Portarias nº 450 e 451. Além disso, a Fundação possui certidão da SERES/MEC, atestando que possui o CEBAS ativo e válido até a conclusão de análise do processo 23000.040637/2018-71, bem como dos processos 23000.034002/2021-31 e 23000.035889/2022-65, protocolados tempestivamente, todos sob análise da SERES/MEC.

34. Conciliação do fluxo de caixa

A Fundação apresenta em suas demonstrações financeiras o fluxo de caixa pelo método direto. Em linha com o CPC 3 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa, abaixo demonstramos a conciliação entre o superávit do exercício e o fluxo de caixa das atividades operacionais:

| | 2022 | 2021 |
|--|---------------|---------------|
| Superávit do exercício | 11.980 | 6.616 |
| Depreciação e amortização | 11.067 | 11.008 |
| Provisão para créditos liquidação duvidosa | 4.750 | 3.260 |
| Provisão para contingências | 3.849 | 8.589 |
| Juros incorridos de empréstimos e financiamentos | 29.980 | 16.753 |
| Juros recebidos | (13.542) | (5.712) |
| Resultado na venda de ativos imobilizados | - | (20) |
| Superávit do exercício ajustado | 48.084 | 40.494 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Contas a receber de alunos e hospital | 4.096 | 3.685 |
| Estoques | 1.245 | (470) |
| Outros créditos | (15.947) | (15.937) |
| | (10.606) | (12.722) |
| Fornecedores | 362 | (1.746) |
| Tributos a recolher e parcelados | (2.765) | (2.670) |
| Outras contas a pagar | (25.324) | (8.206) |
| | (27.727) | (12.622) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 9.751 | 15.150 |

Secretaria Executiva

José Rodolpho Perazzolo
 Secretário-executivo da Fundação São Paulo
João Júlio Farias Júnior
 Secretário-executivo da Fundação São Paulo

Contabilidade e Controladoria

Edivaldo Batista da Silva
 Contador - CRC-15P212622/O-2
José Olímpio Cardoso Neto
 Controller - CRC-15P181828/O-5



Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Conselheiros e Secretários Executivos da

Fundação São Paulo

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação São Paulo ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação São Paulo em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Fundação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2023



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-SP034519/O
Wallace Weberling Pereira
Contador - CRC-SP230870/O



BALANÇO SOCIAL

1 - Identificação

| | | |
|---|---|---|
| Nome da instituição: FUNDAÇÃO SÃO PAULO Mantenedora da PUC-SP e Centro Universitário Assunção | Possui registro no: <input checked="" type="checkbox"/> CNAS <input checked="" type="checkbox"/> MEC <input checked="" type="checkbox"/> COMAS <input checked="" type="checkbox"/> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA <input checked="" type="checkbox"/> MINISTÉRIO PÚBLICO | Isenta da cota patronal do INSS? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não |
| Natureza jurídica: <input type="checkbox"/> associação <input checked="" type="checkbox"/> fundação <input type="checkbox"/> sociedade Sem fins lucrativos? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não | De utilidade pública? <input type="checkbox"/> não Se sim, <input checked="" type="checkbox"/> federal <input checked="" type="checkbox"/> estadual <input checked="" type="checkbox"/> municipal | Qualificada como Instituição Comunitária de Educação Superior <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não |
| Possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)? <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não | Tipo/categoria: Educação | |

| 2 - Origem dos Recursos | 2022 | |
|---|--------------------|--------|
| | Valor (reais) | % |
| Receitas Totais | R\$ 564.739.901,53 | 100% |
| a. Recursos governamentais (subvenções) | R\$ 2.863.527,98 | 0,51% |
| b. Doações de pessoas jurídicas | R\$ 206.357,71 | 0,04% |
| c. Doações de pessoas físicas | R\$ 31.134,91 | 0,01% |
| d. Contribuições | R\$ - | 0,00% |
| e. Patrocínios | R\$ - | 0,00% |
| f. Cooperação internacional | R\$ - | 0,00% |
| g. Prestação de serviços e/ou venda de produtos | R\$ 520.640.501,63 | 92,19% |
| h. Outras receitas | R\$ 40.998.379,30 | 7,26% |

| 3 - Aplicação dos recursos | 2022 | |
|--|--------------------|--------|
| | Valor (reais) | % |
| Despesas Totais | R\$ 552.759.542,40 | 100% |
| a. Projetos, programas e ações sociais (excluindo pessoal) valores no item 5 | R\$ - | 0,00% |
| b. Pessoal (salários + benefícios + encargos) | R\$ 368.135.927,99 | 66,60% |
| c. Despesas diversas (somatório das despesas abaixo) | R\$ 184.623.614,41 | 33,40% |
| Operacionais | R\$ 124.825.316,75 | 22,58% |
| Impostos e taxas | R\$ 952.463,11 | 0,17% |
| Financeiras | R\$ 52.223.576,19 | 9,45% |
| Outras (que devem ser discriminadas conforme relevância) | R\$ 6.622.258,36 | 1,20% |

| 4 - Indicadores sociais internos (Ações e benefícios para os(as) funcionários(as)) | 2022 | |
|--|--------------------------|-----------------|
| | Valor (reais) | % sobre receita |
| a. Alimentação | R\$ 755.513,62 | 0,13% |
| b. Educação | R\$ 12.770.626,94 | 2,26% |
| c. Capacitação e desenvolvimento profissional | R\$ 187.822,83 | 0,03% |
| d. Creche ou auxílio-creche | R\$ 2.177.777,57 | 0,39% |
| e. Saúde | R\$ 8.324.151,03 | 1,47% |
| f. Segurança e medicina no trabalho | R\$ 1.519.322,86 | 0,27% |
| g. Transporte | R\$ 1.099.827,96 | 0,19% |
| h. Estágios | R\$ 643.571,12 | 0,11% |
| Total - Indicadores sociais internos | R\$ 27.478.613,93 | 4,87% |

| 5 - Projetos, ações e contribuições para a sociedade (Vide também item 10) | 2022 | |
|--|--------------------------|-----------------|
| | Valor (reais) | % sobre receita |
| a. Projetos de integração e inclusão social | R\$ 18.000,00 | 0,003% |
| | Nº atendimentos: | 354 |
| b. Assistência jurídica | R\$ 2.719.527,92 | 0,48% |
| | Nº atendimentos: | 6.509 |
| c. Atendimento clínico a usuários (idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, pessoas em situação de violência e risco, luto) e suas famílias | R\$ 13.307.978,75 | 2,36% |
| | Nº atendimentos: | 12.081 |
| d. Política de Permanência Universitária - Concessão de bolsa alimentação e bolsa cesta básica | R\$ 2.092.982,32 | 0,37% |
| | Nº atendimentos: | 87.216 |
| e. Política de Permanência Universitária - Programa de empréstimo de computadores | R\$ 605.079,92 | 0,11% |
| | Nº atendimentos: | 680 |
| f. Política de Permanência Universitária - Concessão de Pacote de dados para acesso a internet | R\$ 57.659,80 | 0,01% |
| | Nº atendimentos: | 680 |
| g. Centro Acadêmico 22 de Agosto (Assistência Judiciária) | R\$ 167.431,60 | 0,03% |
| | Nº atendimentos: | 1.455 |
| Valores totais | R\$ 18.968.660,31 | 3,36% |



BALANÇO SOCIAL

| 6 - Outros indicadores | 2022 | |
|---|-----------|-----------------|
| | Nº Alunos | Valores (reais) |
| Nº total de alunos(as) | 21.257 | |
| Bolsas Integrais | | |
| Prouni | 1.425 | R\$ 45.381.586 |
| Filantrópica FUNDASP Lei 12.101/2009 - Graduação | 501 | R\$ 16.304.869 |
| Filantrópica FUNDASP Lei 12.101/2009 - Pós-Graduação | 91 | R\$ 3.208.104 |
| Filantrópica FUNDASP (DERDIC) | 80 | R\$ 3.415.041 |
| Acordo Interno - Graduação | 231 | R\$ 8.406.367 |
| Acordo Interno - Pós-Graduação | 109 | R\$ 4.164.167 |
| Ser PUC | 3 | R\$ 29.657 |
| Bolsa Arq. Graduação | 6 | R\$ 176.206 |
| Bolsa Arq. Pós-Graduação | 10 | R\$ 344.281 |
| Bolsa Estágio no Exterior - Pós-Graduação | 8 | R\$ 102.776 |
| Mérito Acadêmico - Graduação | 10 | R\$ 538.405 |
| Bolsa RI San Tiago Dantas - Pós-Graduação | 28 | R\$ 1.208.448 |
| Bolsa Treinamento - Pós - Graduação | 28 | R\$ 34.656 |
| Bolsa Treinamento - Educação Continuada | 9 | R\$ 16.785 |
| Bolsa - Colégio São Domingos | 1 | R\$ 31.392 |
| Bolsa Convenção Coletiva - Pós-Graduação | 1 | R\$ 425 |
| Bolsa Diretoria | 5 | R\$ 52.252 |
| Bolsa Arquidiocese - Graduação | 20 | R\$ 353.872 |
| Bolsa UNIFAI - Graduação | 166 | R\$ 1.100.123 |
| Nº de alunos(as) com bolsas integrais | 2.732 | |
| Valor total das bolsas integrais | | R\$ 84.869.412 |
| | Nº Alunos | Valores |
| Bolsas Parciais | | |
| Filantrópica FUNDASP Lei 12.101/2009 - Graduação | 152 | R\$ 2.607.539 |
| Filantrópica FUNDASP Lei 12.101/2009 - Pós-Graduação | 28 | R\$ 382.145 |
| Mérito Acadêmico | 41 | R\$ 614.063 |
| Bolsa Arq. Graduação | 11 | R\$ 163.736 |
| Bolsa Arq. Pós-Graduação | 2 | R\$ 40.701 |
| Bolsas Emergenciais - Pós-Graduação Doutorado | 16 | R\$ 506.076 |
| Bolsas Emergenciais - Pós-Graduação Mestrado | 18 | R\$ 120.269 |
| CAPES | 1.200 | R\$ 25.320.563 |
| CNPq | 344 | R\$ 11.038.411 |
| FAPESP | 2 | R\$ 31.544 |
| Prouni | 27 | R\$ 39.140 |
| Bolsa Monitoria | 119 | R\$ 202.200 |
| Nº de alunos(as) com bolsas parciais | 1.960 | |
| Valor total das bolsas parciais | | R\$ 41.066.387 |
| | Nº Alunos | Valores |
| Nº de alunos(as) com bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa | 197 | |
| Valor total das bolsas de Iniciação Científica e de Pesquisa | | R\$ 570.240 |
| Nº de alunos(as) com Financiamento Estudantil - FIES | 406 | |
| Valor do Financiamento Estudantil - FIES | | R\$ 11.305.690 |

| 7 - Indicadores sobre o corpo funcional | 2022 |
|---|--------------|
| Nº total de empregados(as) ao final do período | 2.651 |
| Nº de admissões durante o período | 223 |
| Nº de prestadores(as) de serviço | 622 |
| % de empregados(as) acima de 45 anos | 59,6% |
| Nº de mulheres que trabalham na instituição | 1.489 |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 53,1% |
| Idade média das mulheres em cargos de chefia | 51 |
| Idade média dos homens em cargos de chefia | 51 |
| Nº de negros(as) que trabalham na instituição | 106 |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 1,5% |
| Idade média dos(as) negros(as) em cargos de chefia | 55 |
| Nº de pardos(as) que trabalham na instituição | 234 |
| % de cargos de chefia ocupados por pardos(as) | 5,9% |
| Idade média dos(as) pardos(as) em cargos de chefia | 46 |
| Nº de amarelos(as) que trabalham na instituição | 26 |
| % de cargos de chefia ocupados por amarelos(as) | 0,9% |
| Idade média dos(as) amarelos(as) em cargos de chefia | 49 |
| Nº de brancos(as) que trabalham na instituição | 2.283 |
| Nº de indígenas que trabalham na instituição | 2 |
| Nº de estagiários(as) | 100 |
| Nº de pessoas com deficiência | 146 |
| 8 - Qualificação do corpo funcional | 2022 |
| Nº total de docentes | 1.188 |
| Nº de livre-docentes(as) | 75 |
| Nº de doutores(as) | 835 |
| Nº de mestres(as) | 221 |
| Nº de especializados(as) | 51 |
| Nº de graduados(as) | 6 |
| Nº total de funcionários(as) no corpo técnico e administrativo | 1.424 |
| Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores) | 251 |
| Nº de graduados(as) | 476 |
| Nº de pessoas com ensino médio | 631 |
| Nº de pessoas com ensino fundamental | 33 |
| Nº de pessoas com ensino fundamental incompleto | 33 |
| Nº total de funcionários(as) no corpo docente DERCIC | 39 |
| Nº de pós-graduados (especialistas, mestres e doutores) | 15 |
| Nº de graduados(as) | 24 |



FUNDAÇÃO SÃO PAULO
 Mantenedora da
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
 e Mantenedora do
 Centro Universitário Assunção
 CNPJ nº 60.990.751/0001-24

DEMONSTRAÇÕES
 FINANCEIRAS

2022



BALANÇO SOCIAL

9 - Informações relevantes quanto à ética, transparência e responsabilidade social

| | 2022 | | 2022 |
|---|--|--|--|
| O processo de admissão de empregados(as) é: | <input type="checkbox"/> % por indicação <input checked="" type="checkbox"/> por seleção/concurso | Na seleção de parceiros e prestadores de serviço, critérios éticos e de responsabilidade social e ambiental: | <input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos |
| A instituição desenvolve alguma política ou ação de valorização da diversidade em seu quadro funcional? | <input checked="" type="checkbox"/> sim, institucionalizada <input type="checkbox"/> sim, não institucionalizada <input type="checkbox"/> não | A participação de empregados(as) no planejamento da instituição: | <input type="checkbox"/> não ocorre <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em nível de chefia <input checked="" type="checkbox"/> ocorre em todos os níveis - partic. dos empregados nos órgãos colegiados |
| Se "sim" na questão anterior, qual? | <input checked="" type="checkbox"/> negros <input checked="" type="checkbox"/> gênero <input checked="" type="checkbox"/> opção sexual <input checked="" type="checkbox"/> pessoas portadoras de necessidades especiais <input checked="" type="checkbox"/> Código de Ética - Seção II - Artigo 3º - Item a | A instituição possui Comissão/Conselho de Ética para o acompanhamento de: | <input checked="" type="checkbox"/> todas ações/atividades <input checked="" type="checkbox"/> ensino e pesquisa <input checked="" type="checkbox"/> experimentação animal/viviseção <input type="checkbox"/> não tem |

10 - Outras Informações (HSL)

A Instituição realiza, ainda, atendimento médico-hospitalar no Hospital Santa Lucinda, sendo que dos 48.434 atendimentos, 40.342 são gratuitos, por intermédio do Sistema Único de Saúde.



Fundação São Paulo

Edifício Franco Montoro
Rua João Ramalho, 182
Perdizes - CEP: 05008-000
São Paulo - SP
(11) 3670-3333

fundacaosaopaulo@pucsp.br



PUC-SP



UNIFAI

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSUNÇÃO

As Demonstrações Financeiras da Fundação São Paulo foram aprovadas pelo Conselho Superior em 17 de abril de 2023.